



TJPA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

**RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
EXERCÍCIO 2020**

30 de março de 2021



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

PRESIDENTE

Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro

VICE-PRESIDENTE

Des. Ronaldo Marques Valle

CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA

Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha

EQUIPE SCI

SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

Tiago Silva Guimarães

ASSESSORIA JURÍDICA

Betânia Souza da Silva Pinheiro

DIVISÃO DE AUDITORIA

Lourival Pereira Boulhosa Neto – Chefe

Sheila Alves de Lima Maciel – Requisitada - Arquiteta

Stela Reis de Souza – Analista Judiciária

DIVISÃO DE CONTROLE DE RECEITAS

Milene Laíse Silva Correa – Chefe

Humberto Pereira Lima Filho – Analista Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Missão

A missão da Unidade de Auditoria Interna do TJPA é subsidiar a instituição no alcance de metas e realização dos objetivos, promovendo relações sinérgicas e mobilizando a gestão efetiva de riscos, controles e governança, aplicando as melhores práticas de auditoria, com visão estratégica, equipes capacitadas e voltadas para a inovação.

Visão

Ser reconhecida, em longo prazo, no Brasil, como órgão de excelência, competente pela avaliação e consultoria dos controles internos, da governança e da gestão de riscos, contribuindo para o fortalecimento da gestão e para o desenvolvimento institucional.

Valores

Profissionalismo, imparcialidade, ética, cooperação, independência, e inovação são valores que norteiam a atuação da Unidade de Auditoria Interna do TJPA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - SCI?

Trata-se de relatório de análise da Prestação de Contas Anual de Gestão, confeccionada pela unidade de Controle Interno, referente ao exercício 2020.

POR QUE A SCI REALIZOU ESTE TRABALHO?

O artigo 3º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2007 determina que todos os administradores e demais responsáveis por recursos públicos estaduais das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado devem encaminhar a prestação de contas anual de gestão.

Ainda no tocante à Prestação de Contas, a Resolução TCE-PA nº 18.975/2007, itens 23, 24 e 25 do Anexo I, combinada com o Art. 4º, § 2º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2007 determinam à unidade de controle interno a elaboração de relatório e parecer com o objetivo de refletir conclusivamente e de forma segregada por gestor, quando for o caso, as situações significativas apuradas no que diz respeito aos aspectos de regularidade e de gestão.

Em obediência aos normativos citados acima, esta SCI incluiu a elaboração dos referidos relatórios e parecer no Plano Anual de Auditoria 2021 e apresenta neste documento o resultado deste trabalho.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA SCI?

Conforme determinado no Art. 4º, § 2º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2007, esta SCI analisou as situações significativas apuradas no exercício de 2020, no que diz respeito aos aspectos orçamentários, financeiros e de gestão, e informa a regularidade das contas dos responsáveis arrolados na presente Prestação de Contas 2020.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

SUMÁRIO

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - SCI?	4
POR QUE A SCI REALIZOU ESTE TRABALHO?.....	4
QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA SCI?	4
INTRODUÇÃO	8
Apresentação	8
Metodologia	9
1. DO PANORAMA ORÇAMENTÁRIO	10
1.1. Avaliação dos Resultados da Execução Orçamentária	10
2. DA ANÁLISE DA GESTÃO	14
2.1. Avaliação da Gestão de Pessoal	14
2.2. Avaliação da Gestão de Compras e Contratações	21
2.3. Avaliação da Gestão de Obras e Serviços de Engenharia	33
2.4. Avaliação da Gestão de TIC.....	40
3. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	44
3.1. Do Balanço Orçamentário	44
3.2. Do Balanço Financeiro	54
3.3. Da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	59
3.4. Do Balanço Patrimonial.....	62
3.5. Das Variações Patrimoniais	74
CONCLUSÃO.....	80



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Lista de Quadros

Quadro I - Previsão Inicial da Receita para 2020.....	11
Quadro II - Dotação Atualizada 2020.....	12
Quadro III - Dotação por Programa UG 040101.....	12
Quadro IV - Dotação por Programa UG 040102.....	13
Quadro V - Evolução da despesa com pessoal por habitante no TJPA.	16
Quadro VI - Despesa de pessoal ativo em 2020.....	16
Quadro VII - Quadro resumo da evolução de servidores.....	21
Quadro VIII - Deságio no valor contratado.....	24
Quadro IX - Execução físico-Financeira.....	34
Quadro X – Programa e Projeto Atividade.....	35
Quadro XI - Execução físico-financeira da Ampliação da Infraestrutura Física.....	37
Quadro XII - Execução físico-financeira da Reforma e Manutenção dos Prédios.....	39
Quadro XIII - Valores referente ao projeto-atividade “Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do Poder Judiciário”.....	41
Quadro XIV - Previsão Inicial da Receita para 2020.....	44
Quadro XV - Dotação Atualizada UG 040101.....	46
Quadro XVI- Balanço Orçamentário - UG 040101.....	47
Quadro XVII- Detalhamento da Abertura de Crédito Adicional por Superávit Financeiro - UG 040101.....	48
Quadro XVIII- Dotação Atualizada UG 040102.....	48
Quadro XIX- Balanço Orçamentário - UG 040102.....	49
Quadro XX- Detalhamento da Abertura de Crédito Adicional por Superávit Financeiro - UG 040102.....	50
Quadro XXI- Execução da Despesa UG 040101.....	52
Quadro XXII- Execução da Despesa UG 040102.....	53
Quadro XXIII - Balanço Financeiro 2020 – UG 040101.....	54
Quadro XXIV - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040101.....	55
Quadro XXV - Balanço Financeiro 2020 - UG 040102.....	56
Quadro XXVI - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040102.....	58
Quadro XXVII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101.....	59
Quadro XXVIII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102.....	60
Quadro XXIX - Balanço Patrimonial.....	63
Quadro XXX - Caixa e Equivalente de Caixa.....	64
Quadro XXXI - Obrigações Trabalhistas a Pagar a Curto Prazo.....	64
Quadro XXXII - Demais Obrigações a Curto Prazo.....	64
Quadro XXXIII - Resultados Acumulados.....	65
Quadro XXXIV - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.....	65
Quadro XXXV - Quadro das Contas de Compensação - UG 040101.....	66
Quadro XXXVI - Quadro de Obrigações Contratuais.....	66
Quadro XXXVII - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.....	66
Quadro XXXVIII - Detalhamento dos Recursos Disponíveis para o Exercício.....	67
Quadro XXXIX - Balanço Patrimonial - UG 040102.....	68
Quadro XL - Caixa e Equivalente de Caixa.....	69
Quadro XLI - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	69
Quadro XLII - Ativo Não Circulante.....	70
Quadro XLIII - Imobilizado.....	70
Quadro XLIV - Demais Obrigações a Curto Prazo.....	71
Quadro XLV - Patrimônio Líquido.....	71
Quadro XLVI - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes UG 040102.....	72
Quadro XLVII - Quadro das Contas de Compensação - UG 040102.....	73
Quadro XLVIII - Obrigações Contratuais.....	73
Quadro XLIX - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.....	73
Quadro L - Detalhamento dos Recursos Disponíveis para o Exercício.....	73
Quadro LI - Quadro das Variações Patrimoniais.....	74
Quadro LII - Quadro de Transferências Intragovernamentais.....	75
Quadro LIII - Encargos Patronais.....	76
Quadro LIV - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.....	76
Quadro LV - Transferências e Delegações Concedidas.....	76
Quadro LVI - Quadro das Variações Patrimoniais.....	77
Quadro LVII - Transferências Intragovernamentais.....	78
Quadro LVIII - Quadro de Uso de Bens.....	79



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Projetos-Atividade UG 040101 do programa Manutenção da Gestão	13
Gráfico 2 Projetos-Atividade UG 040102 do programa Manutenção da Gestão	14
Gráfico 3 - Evolução da despesa de pessoal por habitante.	15
Gráfico 4 - Evolução dos gastos com pessoal	17
Gráfico 5 - Licitações por modalidade.	21
Gráfico 6 - Valor homologado.	23
Gráfico 7 - Natureza da contratação.....	24
Gráfico 8 - Valor contratado X Natureza da contratação.....	25
Gráfico 9 - Quantitativo de dispensa por fundamentação legal.....	26
Gráfico 10 - Dispensa - Valor contratado por fundamentação legal.	26
Gráfico 11 - Dispensa- Valor contratado por natureza da contratação.	27
Gráfico 12 - Quantitativo de inexigibilidade por fundamentação legal.	28
Gráfico 13 - Inexigibilidade - Valor contratado por fundamentação legal.	28
Gráfico 14 - Inexigibilidade - Valor contratado por natureza da contratação.	29
Gráfico 15 - Quantitativo de contratos vigentes por modalidade de licitação.	30
Gráfico 16 - Valor atual por modalidade de licitação.....	31
Gráfico 17 – Valor atual por natureza da contratação.....	32
Gráfico 18 – Executado x Disponível.....	34
Gráfico 19 – Comparativo do desembolso em Obras X Serviços de Engenharia.	35
Gráfico 20 – Execução de recursos nas ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário.	36
Gráfico 21 – Desembolso de recursos nas ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário.	38
Gráfico 22 – Meta Física x Meta Financeira	41
Gráfico 23 – Participação do orçamento	42
Gráfico 24 – Recursos Aplicados no projeto-atividade Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura.	43



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

INTRODUÇÃO

Apresentação

O presente relatório tem por finalidade dar apoio ao órgão de controle externo na análise da Prestação de Contas Anual de Gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, **exercício de 2020**, em atendimento ao Art. 74, inciso IV, da Constituição Federal, ao Art. 6º, inciso VI, da Resolução nº 18.975/2017, combinado com o Art. 2º, inciso IV, da Resolução 18.919/2017 e com o Anexo I, da Resolução nº 18.968/2017, ambas Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE-PA, demonstrando os fatos mais relevantes da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais das Unidades Gestoras: 040101 - Recursos do Tesouro (Tesouro) e 040102 - Recursos do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ).

O escopo do relatório de análise da prestação de contas consiste em verificar a regularidade das contas apresentadas pela gestão, a partir da análise dos itens obrigatórios definidos no Anexo I da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017, utilizando como critérios leis e normas vigentes, e como parâmetros, metas e objetivos delineados pelos Macrodesafios, Programas e Projetos-atividade definidos para o exercício de 2020.

Não foram analisados os registros contábeis que deram origem aos saldos apresentados nos demonstrativos contábeis; autos de processos licitatórios e contratos; processos de medição de obras e serviços de engenharia.

Para a verificação de regularidades das contas, esta SCI utilizou alguns critérios de análise, dentre outros, os citados abaixo:

- Lei nº 8.969/2019 (Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Pará para o exercício de 2020);
- Relatório de Execução do PPA-2020;
- Relatório do Plano de Gestão-Biênio 2019/2021;
- Anexos componentes da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017.

Os trabalhos foram orientados para a fiscalização orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, bem como, para a avaliação da gestão de áreas relevantes para a prestação jurisdicional à sociedade, organizadas em quatro tópicos, a saber: Pessoal, Compras e Contratações, Obras e Serviços de Engenharia e Tecnologia da Informação e Comunicação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Os trabalhos realizados à luz das análises dos documentos anexados ao Sistema e-Jurisdicionado e definidos por meio do Anexo I da Resolução nº 18.975/2017 do TCE-PA, abordam os aspectos acima citados em tópicos distintos, conforme segue:

- **Panorama Orçamentário**, análise de pontos relevantes da dotação orçamentária de 2020, partindo dos valores inicialmente propostos (dotação inicial), perpassando pelas alterações de dotação para demonstrar os valores efetivamente destinados à realização das despesas (dotação atualizada), até às explicações sobre a efetiva execução das despesas (execução orçamentária) do exercício;
- **Análise da Gestão**, exame do desempenho da gestão em relação aos demais recursos para a prestação jurisdicional à sociedade, a saber: *Pessoal (recursos humanos)*, *Compras e Contratações (recursos materiais)*, *Obras e Serviços de Engenharia (recursos de infraestrutura civil)*, e *Tecnologia da Informação e Comunicação (recursos tecnológicos)*.
- **Demonstrações Contábeis**, análises essencialmente contábeis da prestação de contas, e sobre o uso dos recursos públicos, bem como sobre a importância dos resultados obtidos.

Metodologia

A análise da prestação de contas foi elaborada cumprindo os requisitos exigidos em legislação pertinente, com base no exame da documentação enviada pelas unidades administrativas deste Tribunal, de acordo com o Anexo I da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017.

Os trabalhos realizados pela SCI seguiram as normas e técnicas aplicáveis ao setor público e à atuação dos órgãos de controle interno.

Foram utilizadas técnicas de auditoria e de análise de documentos consideradas adequadas para a consecução dos trabalhos, entre elas: análise documental, conferência de cálculos e dados, exame de relatórios e de atos de gestão.

Especificamente para a análise do panorama orçamentário e análise das demonstrações contábeis foram utilizados como instrumentos auxiliares de aferição e



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

pesquisa, os sistemas SIAFEM¹ e BO², sendo estes essenciais para o cotejamento dos lançamentos evidenciados nos documentos contábeis integrantes da prestação de contas.

Para a análise dos atos de gestão, foram utilizados o Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA, exercício 2020, elaborado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do TJPA cotejados essencialmente com a documentação anexada ao sistema E-Jurisdicionado, para fins de Prestação de Contas 2020.

1. DO PANORAMA ORÇAMENTÁRIO

A Lei Estadual nº 8.966, de 30 de dezembro de 2019 instituiu o Plano Plurianual do Estado do Pará, período de 2020-2023, e apresentou as dimensões estratégicas do Plano em Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, elaborados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos constitucionais independentes.

A Lei Estadual nº 8.891, de 23 de julho de 2019 dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 - LDO.

A Lei Estadual nº 8.969, de 30 de dezembro de 2019 - LOA/2020 estabeleceu a dotação orçamentária ao TJPA através dos Programas do tipo Temático Atuação Jurisdicional e Manutenção da Gestão do Poder Judiciário, da unidade orçamentária TJPA e da unidade orçamentária FRJ.

1.1. Avaliação dos Resultados da Execução Orçamentária

Na avaliação da execução orçamentária serão verificados a realização das despesas frente a arrecadação da receita.

1.1.1. Da Dotação

Através da Lei Estadual nº 8.969/2019, foi estimada a receita e fixada a despesa para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para o exercício financeiro de 2020, no valor de R\$ 1.262.665.215,00 (um bilhão, duzentos e sessenta e dois milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil e duzentos e quinze reais), distribuídos entre as

¹Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios.

²*Business Objects*, ferramenta adotada pelo Governo do Estado do Pará, que tem por finalidade extrair do SIAFEM dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Unidades Gestoras da seguinte forma: UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, R\$ 1.077.418.943,00 (um bilhão, setenta e sete milhões, quatrocentos e dezoito mil e novecentos e quarenta e três reais) e UG 040102 – Fundo de Reparcelamento do Poder Judiciário, R\$ 185.246.272,00 (cento e oitenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e seis mil, duzentos e setenta e dois reais).

Para melhor detalhamento apresenta-se quadro com especificação dos valores previstos para cada Unidade Gestora, nos moldes do inciso III, do Art. 12, da LDO.

Quadro I - Previsão Inicial da Receita para 2020

Dotação Inicial por Fonte de Recursos	TOTAL
UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado	1.077.418.943,00
101 Recursos Ordinários	1.067.091.270,00
112 Receita Patrimonial	4.186.400,00
128 Fundo de Apoio ao Registro Civil Estado do Pará	6.141.273,00
UG 040102 - Fundo de Reparcelamento do Poder Judiciário	185.246.272,00
101 Recursos Ordinários	7.778.550,00
106 Recurso Prov de Transferências - Convênios e Out	74.060,00
112 Receita Patrimonial - Outros Poderes	6.302.986,00
118 Receita Própria do Fundo de Reparcelamento	170.565.676,00
123 Recursos Provenientes da Alienação de Bens	525.000,00
TOTAL	1.262.665.215,00

Fonte: Orçamento Geral do Estado do Pará 2020 – Volume III.

1.2.2 Da Execução

No decorrer do exercício, houve um incremento de R\$ 10.030.495,98 (dez milhões, trinta mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos) na dotação inicial da UG 040101 e conseqüentemente a dotação atualizada passou ao montante de R\$ 1.087.449.438,98 (um bilhão, oitenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos).

Do mesmo modo, na UG 040102 também houve incremento de R\$ 206.308,14 (duzentos e seis mil, trezentos e oito reais e catorze centavos) na sua dotação inicial, resultando em uma dotação atualizada de R\$ 185.452.580,14 (cento e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e oitenta reais e catorze centavos).

Ambas as Dotações atualizadas estão discriminadas nos quadros abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro II - Dotação Atualizada 2020

Dotação Atualizada por Fonte de Recursos	TOTAL
UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado	1.087.449.438,98
101 Recursos Ordinários	1.069.116.762,73
112 Receita Patrimonial	1.852.093,19
128 Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará	5.561.984,87
301 Recursos Ordinários	10.903.568,19
328 Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará	15.030,00
UG 040102 - Fundo de Reparêl P Judiciário	185.452.580,14
101 Recursos Ordinários	5.080.727,16
106 Recurso Prov Transferências - Convênios e Out	74.060,00
112 Receita Patrimonial - Outros Poderes	2.302.986,00
118 Receita Própria do Fundo de Reparêlamento	138.788.865,18
123 Recursos Provenientes da Alienação de Bens	0,00
301 Recursos Ordinários	18.848.977,00
306 Recurso Prov Transferências - Convênios e Out	64.080,00
312 Receita Patrimonial - Outros Poderes	6.178.627,00
318 Receita Própria do Fundo de Reparêlamento	13.670.154,80
323 Recursos Provenientes da Alienação de Bens	444.103,00
TOTAL	1.272.902.019,12

Fonte: Bussiness Object - BO 2020

No intuito de observar a distribuição dos recursos dentro de cada Programa, cotejando a dotação inicial e dotação atualizada destacado por UG, elaboramos o quadro abaixo.

Quadro III - Dotação por Programa UG 040101

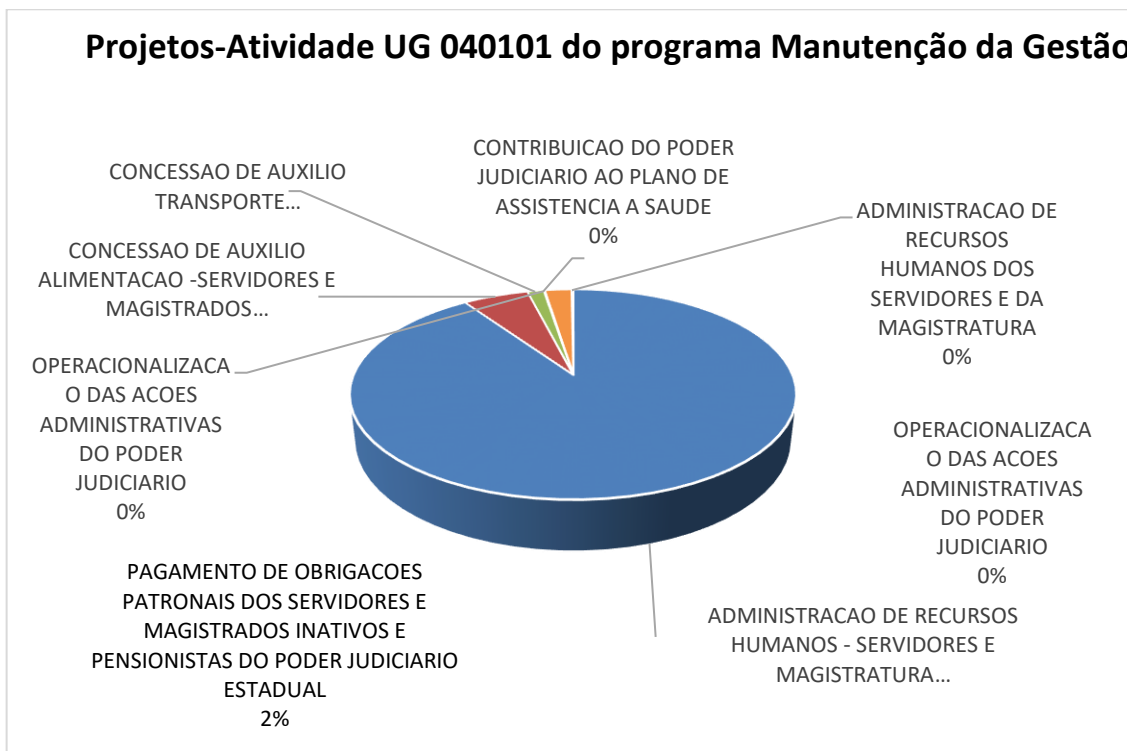
Dotação por Programa		
UG 040101		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	20.536.708,00	6.097.416,78
Manutenção da Gestão do P Judiciário	1.056.882.235,00	1.081.352.022,20
TOTAL	1.077.418.943,00	1.087.449.438,98

Em análise à UG 040101, convém fazer algumas observações: percebe-se que o programa “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário” foi o que demandou maior volume de recursos, representando 99,4% da Dotação Atualizada, cujas ações foram direcionadas ao custo com pessoal ativo, representado nas rubricas vencimento, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e contribuição para plano de saúde, conforme ilustrado no gráfico abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 1 Projetos-Atividade UG 040101 do programa Manutenção da Gestão



Em análise à UG 040102, percebe-se que o programa “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário” também foi o que demandou maior volume de recursos, representando 57,4% da Dotação Atualizada.

Quadro IV - Dotação por Programa UG 040102

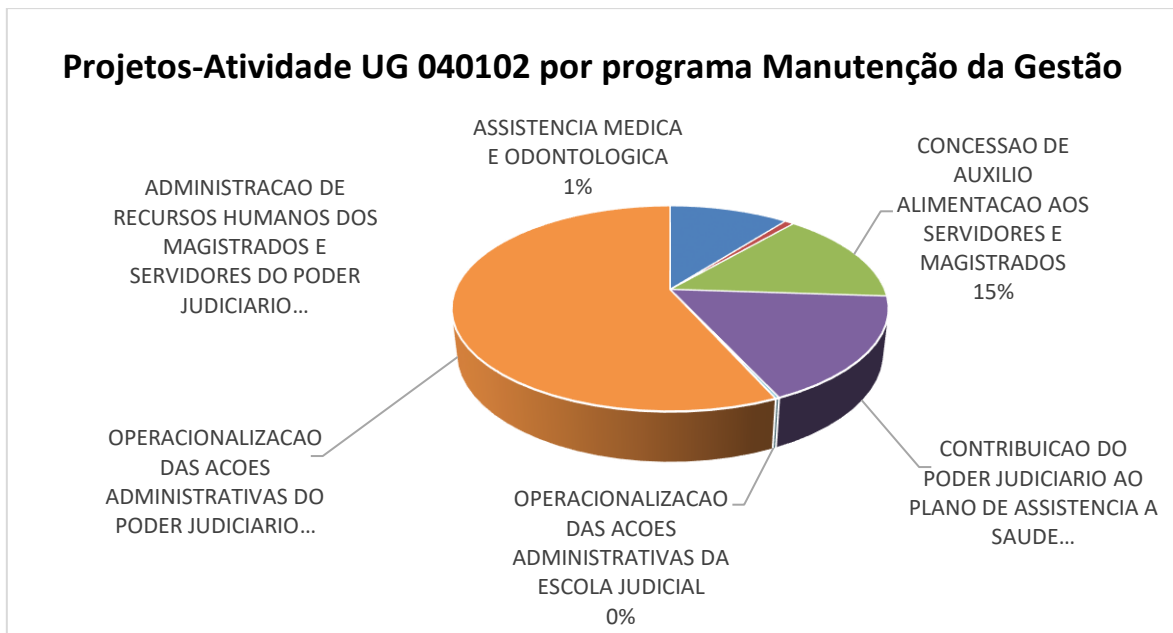
Dotação por Programa		
UG 040102		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	67.916.887,00	81.986.887,63
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	117.329.385,00	106.465.692,51
TOTAL	185.246.272,00	185.452.580,14

Neste programa foram direcionados recursos para operacionalização das ações administrativas do Poder Judiciário, custos de pessoal, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e contribuição para plano de saúde, conforme ilustrado no gráfico abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 2 Projetos-Atividade UG 040102 do programa Manutenção da Gestão



No exercício de 2020, a despesa empenhada, na UG 040101, foi de R\$ 1.056.701.874,27 (um bilhão, cinquenta e seis milhões, setecentos e um mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e sete centavos) e, na UG 040102, foi na ordem de R\$ 151.271.896,50 (cento e cinquenta e um milhões, duzentos e setenta e um mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos), correspondendo, respectivamente, a 95,6% e 81,6% de execução orçamentária da dotação atualizada.

Infere-se do panorama apresentado, um maior grau de aproveitamento da execução orçamentária disponível na UG 040101.

2. DA ANÁLISE DA GESTÃO

2.1. Avaliação da Gestão de Pessoal

2.1.1. O TJPA no Cenário do Poder Judiciário Brasileiro

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Relatório Justiça em Números, evidencia que, nos últimos anos, o gasto total do Poder Judiciário vem sendo otimizado.

Em esfera Estadual, os dados mostram que o Judiciário gasta valores inferiores quando comparado aos gastos em escala Nacional. Em sua mais recente publicação, o Relatório Justiça em Números destaca o Tribunal de Justiça do Estado do Pará



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

(TJPA) entre os tribunais com menores gastos totais por habitante dentre os Tribunais de Justiça Estaduais.

O referido Relatório denota ainda que as despesas com recursos humanos, representam cerca de 90% do gasto total do Poder Judiciário. Em relação ao ramo da Justiça Estadual, o gasto com pessoal acompanha a tendência nacional.

Assim sendo, é importante enfatizar o esforço próprio do TJPA, haja vista as consequências positivas desse esforço para as melhorias dos números e indicadores da justiça em âmbito nacional.

Nessa linha, o TJPA tem engendrado esforços no intuito de manter os custos com pessoal dentro dos limites orçamentários delineados, tendo-os sob controle, ao mesmo tempo em que busca promover um atendimento de qualidade aos jurisdicionados, bem como garantir o atendimento de novas demandas.

A propósito disto, e para ilustrar o referido controle, apresenta-se a seguir a evolução do crescimento da despesa de pessoal por habitante, no TJPA, nos últimos cinco anos.

Gráfico 3 - Evolução da despesa de pessoal por habitante.



Demonstrando que, dada a atuação efetiva da gestão de pessoal no TJPA, o crescimento da despesa de pessoal por habitante cresceu apenas R\$ 29,09 (vinte e nove reais e nove centavos) nos últimos cinco anos.

É importante salientar que, neste ano de 2020, o custo bruto envolvendo a gestão de pessoas no TJPA ficou na casa de R\$ 1.167.548.656,83 (um bilhão, cento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

e sessenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e três centavos).

A tabela que se segue compõe as bases para os cálculos das despesas de pessoal por habitante, cujas fontes são o Relatório de Gestão Fiscal do TJPA 3º quadrimestre de 2020 e as estimativas de população 2020 publicadas no site do IBGE.

Quadro V - Evolução da despesa com pessoal por habitante no TJPA.

ANO	Despesa Bruta com pessoal	População estimada	Despesa por habitante
2016	874.323.222,93	8.307.375	105,25
2017	954.819.356,51	8.366.628	114,12
2018	1.009.965.592,97	8.578.051	117,74
2019	1.127.189.262,91	8.602.865	131,02
2020	1.167.548.656,83	8.690.745	134,34

2.1.2. Despesas com Pessoal: Um Recorte do Relatório de Gestão Fiscal

No exercício de 2020, por meio de dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal, constata-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará teve uma despesa com Pessoal Ativo na ordem de 978.764.569,95 (novecentos e setenta e oito milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos). Do referido RGF, depreende-se que o do total da despesa com pessoal, 82,69% correspondem às despesas com Vencimentos e Vantagens, e 17,31% perfaz as Obrigações Patronais.

Quadro VI - Despesa de pessoal ativo em 2020

Despesas de Pessoal Ativo em 2020		
Vencimentos e Vantagens	82,69%	809.292.251,95
Patronal	17,31%	169.472.318,00

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2020

No comparativo com o exercício anterior, tem-se que a Despesa com Pessoal Ativo, do ano de 2020, apresentou um incremento de 3,32% em relação ao ano de 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 4 - Evolução dos gastos com pessoal



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2019 e 2020

Salienta-se que mesmo com o aumento da Despesa com Pessoal Ativo no ano de 2020, o TJPA cumpriu os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), posto que a Despesa Total com Pessoal representou 4,05% sobre a Receita Corrente Líquida do Estado do Pará, ficando abaixo do primeiro limite estabelecido na LRF para o Poder Judiciário, qual seja, o Limite de Alerta representado por 5,40%.

2.1.3. Execução Físico-Financeira das Ações do PPA

Em uma análise acerca da Execução Físico-Financeira das Ações presentes no Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA, exercício 2020, elaborado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do TJPA, destacam-se os pontos a seguir.

Em relação às ações voltadas para a ampliação do quadro funcional, pertencentes ao Programa Atuação Jurisdicional, identifica-se que não houve execução no exercício de 2020. O relatório informa que "os ingressos que ocorreram durante o exercício, foram em substituição às vacâncias de servidores: exonerados, aposentados e falecidos". O mesmo vale para os ingressos de magistrados.

Já as ações voltadas para a execução da folha de pagamento dos servidores do TJPA são em um total de 08 (oito), pertencentes ao Programa Manutenção da Gestão do Poder Judiciário e apresentam uma relação físico-financeira em convergência com o que foi calculado previamente, posto que o valor financeiro realizado está dentro do previsto para todas as ações, e a execução física ultrapassa os 100% do previsto na maioria dos casos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

As duas ações voltadas para execução do pagamento dos magistrados do TJPA, pertencentes ao Programa Manutenção da Gestão do Poder Judiciário, apresentam também uma relação físico-financeira em plena convergência com o que foi calculado previamente, posto que o valor financeiro realizado está dentro do previsto para todas as ações, e a execução física alcançou os 100% do previsto nos dois casos.

2.1.4. Ações de Melhoria da Gestão de Pessoas

O TJPA trabalha vários aspectos da gestão de pessoas por meio do macrodesafio do Planejamento Estratégico denominado **Melhoria da Gestão de Pessoas**. Este macrodesafio refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Dentre as ações desenvolvidas no ano de 2020 que contribuem para a melhoria da Gestão de Pessoas destacam-se:

- **Capacitação de Magistrados e Servidores**

Conforme Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023, o Objetivo 2 (Promover a Governança Judiciária) do Programa “Atuação Jurisdicional”, promoveu, por meio das ações “Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º grau – FRJ”; “Capacitação de Magistrados e Servidores - 2º grau – FRJ” e “Capacitação de Magistrados e Servidores - Apoio indireto a atividade judicante – FRJ”, 1.581 (um mil quinhentas e oitenta e uma) capacitações.

A formação de magistrados e servidores durante o ano de 2020 contemplou a realização de cursos regulares como: Curso de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher com Perspectiva de Gênero; Cursos de Processo Judicial Eletrônico; Curso de Formação de Tutores no Contexto da Magistratura, de demandas repetitivas e grandes litigantes, dentre outros.

Além disso foram realizados cursos EAD e autoinstrucionais, tal qual o Curso de Nivelamento (CNJ).

Ademais, durante o ano de 2020, em razão da pandemia, foram realizadas *lives* nas redes sociais da EJPA, bem como *webinários*, como “A Atividade Extrajudicial”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

- **Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores**

No Programa “Atuação Jurisdicional”, por meio da ação “Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores – FRJ” o Tribunal de Justiça do Estado do Pará realizou 232 (duzentos e trinta e dois) eventos de atenção à saúde.

Conforme Relatório de Avaliação do PPA 2020-2023 as ações de saúde foram realizadas em Belém e na Região Metropolitana.

Para fins de maior alcance territorial, realizou-se *webinários*, *lives*, palestras com transmissão ao vivo, cartilhas, especialmente relacionadas à saúde mental e a pandemia da COVID-19.

Houve incremento às ações preventivas e uma diminuição significativa da assistência em decorrência da pandemia e do consequente regime diferenciado de trabalho (remoto). Apesar da pandemia, as equipes de saúde quadruplicaram a previsão inicial dos eventos e o público beneficiado foi de 2.410 (duas mil quatrocentos e dez) pessoas.

Cabe destacar que antes da pandemia foram desenvolvidos projetos tais como: Atividade Física e Saúde; Pilates; Yoga; Yoga facial; Reiki; *Krav maga*; Caminhada e Treinamento funcional; Avaliação Ergonômica do posto de trabalho; Análise de Risco de Posto de Trabalho; Educação Postural; Ginástica Laboral; Campanhas educativas (palestras, seminários...); Círculos Restaurativos no Ambiente Organizacional; Feiras de produtos artesanais; Roda de Conversa em Saúde Mental; Saúde Itinerante em Marabá; Testes Rápidos (HIV, Sífilis, Hepatite B e C, H1N1), Campanhas de Vacinação; Vídeos educativos; Palestras com transmissão ao vivo; *webinário*, *lives* e podcasts sobre COVID-19 e saúde mental.

Na vigência da pandemia foram realizados *webinários*, *lives* e podcasts sobre COVID-19 e saúde mental, Web Rádio Jus: Entrevistas “Temas de saúde” e *Spots*.

A ação de "Promoção da política de Saúde de Magistrados e Servidores – FRJ” contempla a institucionalização de projetos e ações nas áreas de assistência direta à saúde, perícia oficial em saúde, saúde ocupacional, intervenções de promoção à saúde e qualidade de vida, prevenção de doenças bem como o desenvolvimento da solidariedade, da cultura, do esporte e do lazer.

- **Assistência Médica e Odontológica**

Por meio da Ação “Assistência Médica e Odontológica - FRJ”, do Programa “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário”, foram realizados 2.736 (dois mil



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

setecentos e trinta e seis) atendimentos, sendo: 1.604 (um mil seiscentos e quatro) consultas médicas eletivas e de urgência; 118 (cento e dezoito) avaliações médicas, odontológicas e psicológicas pré-admissionais; 421 (quatrocentos e vinte uma) perícias médicas; 2 (duas) perícias odontológicas; e 591 (quinhentos e noventa e uma) consultas odontológicas eletivas e de urgência, sendo que nestas últimas, estão contemplados 1.857 (um mil, oitocentos e cinquenta e sete) procedimentos.

O percentual reduzido de execução resulta da suspensão dos atendimentos presenciais durante a pandemia em que as equipes ficaram em regime diferenciado de trabalho (remoto).

2.1.5. Sobre a Escola Judicial do Pará

Conforme dados do Relatório de Gestão do biênio 2019-2020 publicado pela Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará - EJPA, na Escola Judicial Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa, foram ofertados neste ano de 2020, 17 (dezesete) cursos regulares e 16 (dezesesseis) cursos autoinstrucionais.

Além dos cursos ofertados, a EJPA também realizou 33 (trinta e três) eventos/extensão que alcançou 1.264 (um mil duzentos e sessenta e quatro) participantes, incluindo desembargadores, magistrados e servidores.

Considerando o atual cenário mundial imposto pela pandemia de COVID-19, a EJPA recorreu a novas formas de aproximação social e compartilhamento de informações, assim, realizou 14 (catorze) *lives* com temas diversos.

Em 2020, a EJPA também ofertou o Curso de Formação Inicial dos novos servidores na modalidade de ensino à distância - EAD, com 82 (oitenta e dois) novos servidores lotados em 47 (quarenta e sete) comarcas do interior do Pará.

Além disso, formou 27 (vinte e sete) participantes do curso de Formação de Tutores no Contexto da Magistratura – EAD.

2.1.6. Outras Informações Relacionadas a Pessoas

Com intuito de abordar outros aspectos gerenciais relacionados à Gestão de Pessoas, coletou-se dados junto à Secretaria de Gestão de Pessoas deste TJPA, o que possibilitou à SCI proceder uma avaliação ainda mais ampla em temas como progressão funcional e estágio probatório, como se pode constatar através do quadro abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro VII - Quadro resumo da evolução de servidores

Servidores que obtiveram progressão funcional (vertical e horizontal) do Quadro de Servidores do TJPA	740
Servidores com avaliação positiva no Estágio Probatório e que adquiriram o direito a estabilidade	145
Servidores com Processos Administrativos abertos (servidores que ainda não completaram 03 anos)	440

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

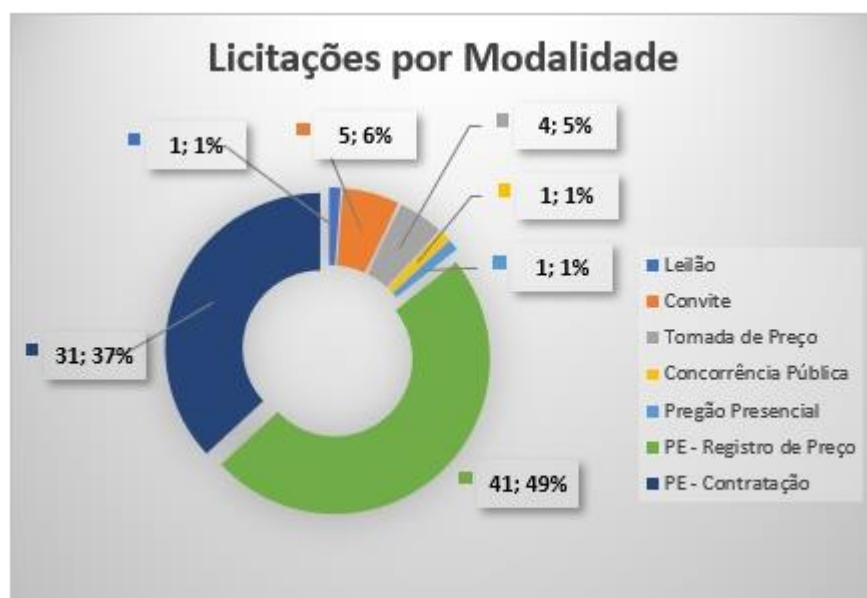
Vale mencionar também a iniciativa deste TJPA em relação ao teletrabalho. A Portaria nº 2738/2020-GP, de 01 de dezembro de 2020, institui e disciplina o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará. Aderiram ao teletrabalho no ano de 2020 um total de 139 (cento e trinta e nove) servidores.

2.2. Avaliação da Gestão de Compras e Contratações

2.2.1. Das licitações

No decorrer do exercício 2020, o TJPA realizou 57 (cinquenta e sete) procedimentos licitatórios visando as aquisições, contratações e alienações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Gráfico 5 - Licitações por modalidade.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

As modalidades de licitações realizadas pelo TJPA foram distribuídas no decorrer do ano de 2020 da seguinte forma:

- *Leilão*: nesta modalidade foi realizado apenas 01 (um) certame, e por ter como objeto a alienação de bens, a natureza da contratação foi informada como *Outros*. O valor total dos bens alienados foi de R\$ 170.900,00 (cento e setenta mil e novecentos reais);

- *Convite*: nesta modalidade foram realizados 05 (cinco) certames, com valores estimados totalizando R\$ 676.366,28 (seiscentos e setenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), tendo resultado em certames desertos e/ou fracassados;

- *Tomada de Preços*: nesta modalidade foram realizados 04 (quatro) certames, com valores contratados totalizando R\$ 1.789.340,62 (um milhão, setecentos e oitenta e nove mil, trezentos e quarenta reais e sessenta e dois centavos) e contratações de natureza *Serviços de Terceiros*;

- *Concorrência*: nesta modalidade foi realizado apenas 01 (um) certame, para Registro de Preços de *Serviços de Terceiros*, com valor total homologado de R\$ 1.808.022,03 (um milhão, oitocentos e oito mil, vinte e dois reais e três centavos);

- *Pregão Presencial*: nesta modalidade foi realizado apenas 01 (um) certame, para cessão de espaço público, com valor total homologado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

- *Pregão Eletrônico*: foi a modalidade licitatória mais utilizada para as aquisições e contratações realizadas pelo TJPA no exercício 2020. No total, foram realizadas 72 (setenta e duas) licitações na modalidade em epígrafe, sendo 41 (quarenta e uma) pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) e 31 (trinta e uma) no modelo ordinário da modalidade. Pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), foram registrados bens/serviços de *Material de Consumo*, *Serviços de Terceiro* e *Material Permanente*, cujos valores homologados em licitação totalizaram R\$ 50.469.812,69 (cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e doze reais e sessenta e nove centavos). Já pela via comum do Pregão Eletrônico, foram contratados/adquiridos *Serviços de Terceiro*, *Material Permanente* e *Material de Consumo*, gerando despesas na ordem de R\$ 11.787.823,93 (onze milhões,

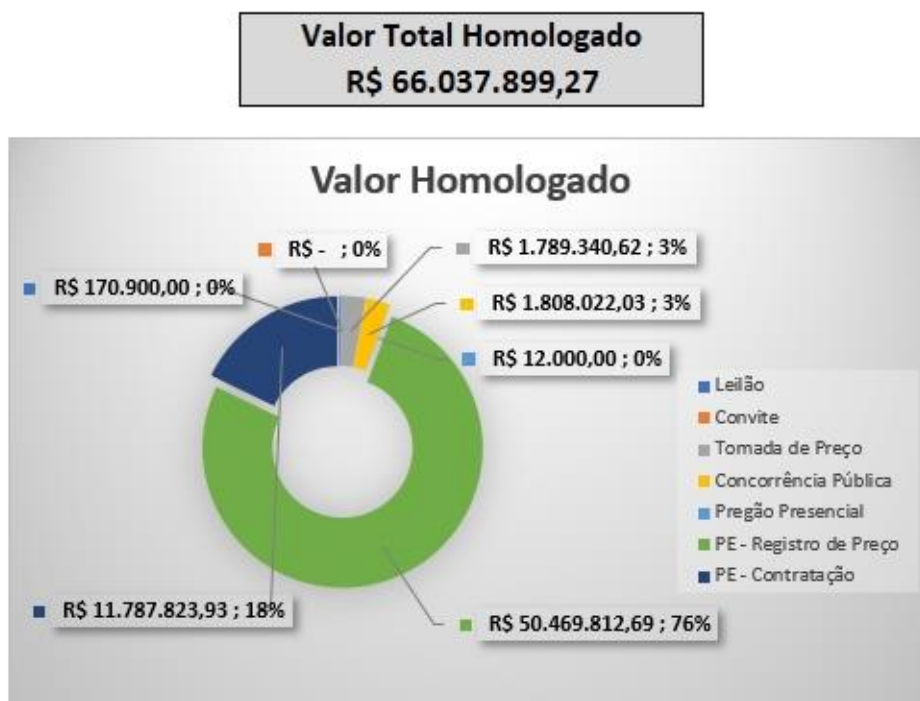


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

setecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e vinte e três reais e noventa e três centavos).

No total, considerando todas as modalidades de licitação utilizadas, os valores homologados totalizaram R\$ 66.037.899,27 (sessenta e seis milhões, trinta e sete mil, oitocentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos).

Gráfico 6 - Valor homologado.



O valor estimado de todas as licitações publicadas no exercício totaliza R\$ 124.921.819,17 (cento e vinte e quatro milhões, novecentos e vinte e um mil, oitocentos e dezenove reais e dezessete centavos). Cumpre considerar, contudo, o total de 27 (vinte e sete) certames desertos, fracassados, revogados ou não finalizados no exercício, com valores estimados que somam a quantia de R\$ 34.001.623,97 (trinta e quatro milhões, um mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa e sete centavos).

Os procedimentos licitatórios dos quais resultaram contratações possibilitaram a este TJPA a seleção das propostas mais vantajosas, o que proporcionou um deságio de 27,37% em relação ao valor previamente estimado para tais contratações, o que representou uma economia de R\$ 58.883.919,90 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e três mil, novecentos e dezenove reais e noventa centavos).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro VIII - Deságio no valor contratado.

Deságio no Valor Contratado

Valor Total Estimado R\$ 124.921.819,17:

- Valor Estimado 1 R\$ 90.920.195,20¹

- Valor Estimado 2 R\$ 34.001.623,97²

Valor Total Homologado R\$ 66.037.899,27

Percentual de Deságio 27,37%

¹Licitações das quais resultaram contratações.

²Licitações desertas, fracassadas, revogadas, etc.

Em relação à natureza das contratações, o maior volume foi concentrado na categoria *Serviço de Terceiro*, tendo sido realizados 38 (trinta e oito) procedimentos licitatórios visando contratações desta natureza.

Gráfico 7 - Natureza da contratação.

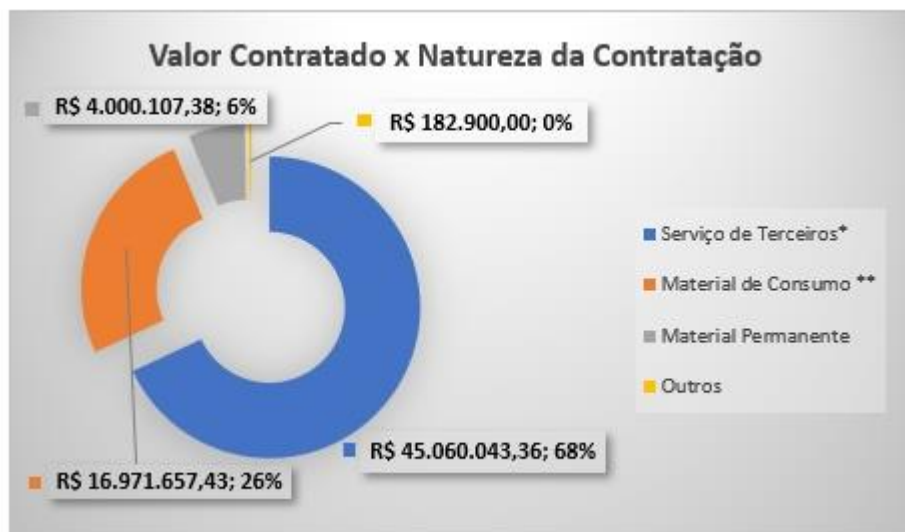


Além disso, as contratações de natureza *Serviços de Terceiros* foram responsáveis pela maior fatia de recursos orçamentários utilizados nas contratações, em percentual equivalente a 68% do total do valor contratado pelo TJPA em 2020. Nesta categoria, o TJPA contratou serviços de execução de projetos de arquitetura, obras de reforma de prédios, serviços de vigilância e segurança armada, serviços de manutenção predial, serviços de condução de veículos, dentre outros, totalizando R\$ 45.060.043,36 (quarenta e cinco milhões, sessenta mil, quarenta e três reais e trinta e seis centavos).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 8 - Valor contratado X Natureza da contratação.



2.2.2. Das Dispensas e Inexigibilidades

Em respeito ao princípio da supremacia do interesse público, a Constituição Federal exige, como regra geral, que a Administração realize licitação prévia para formalizar suas contratações, a fim de obter propostas mais vantajosas para o erário público. Porém, há situações em que a licitação formal se mostra impossível ou frustrante à realização adequada das funções administrativas. A legislação previu situações em que a Administração tem a faculdade de proceder contratações diretas, estabelecendo hipóteses em que a licitação é dispensável ou inexigível.

Assim, no exercício 2020, o TJPA realizou 44 (quarenta e quatro) contratações/aquisições através de procedimentos de contratação direta, mediante *Dispensa* ou *Inexigibilidade* de licitação.

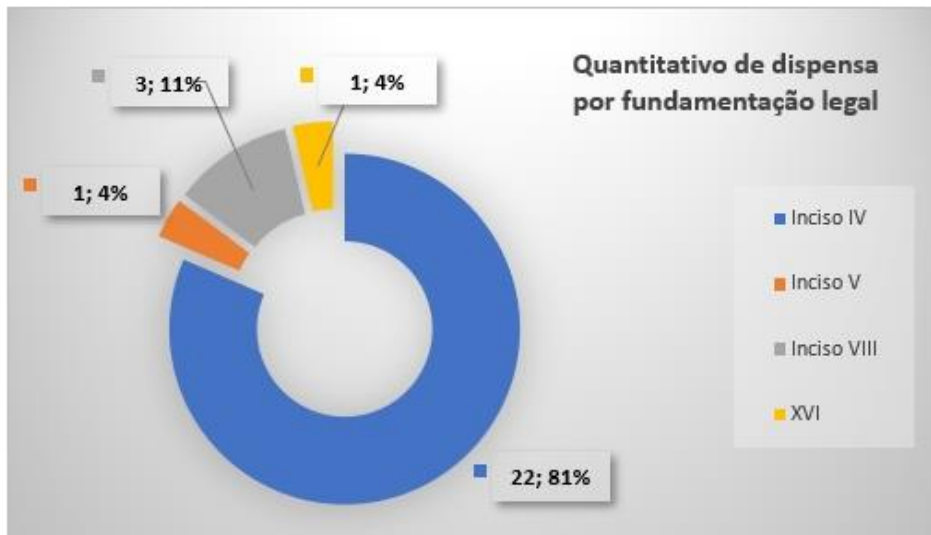
- **Dispensa (Art. 24, Lei nº 8.666/93)**

Foram realizadas 26 (vinte e seis) contratações por meio de *Dispensa de Licitação*, sendo que 22 (vinte e duas) foram fundamentadas no artigo 24, IV; uma contratação foi fundamentada nos incisos VIII e XVI do artigo 24.



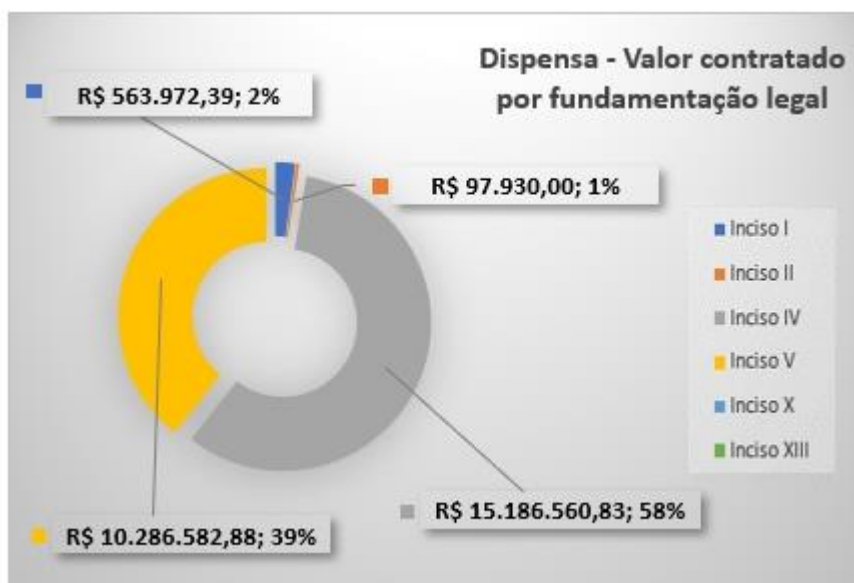
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 9 - Quantitativo de dispensa por fundamentação legal.



O valor total da despesa realizada com contratações oriundas de Dispensa de Licitação foi de R\$ 15.848.463,22 (quinze milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos), tendo sido efetuadas contratações/aquisições de natureza *Material de Consumo*, *Contrato de TI*, *Serviço de Terceiro* e *Terceirização*.

Gráfico 10 - Dispensa - Valor contratado por fundamentação legal.



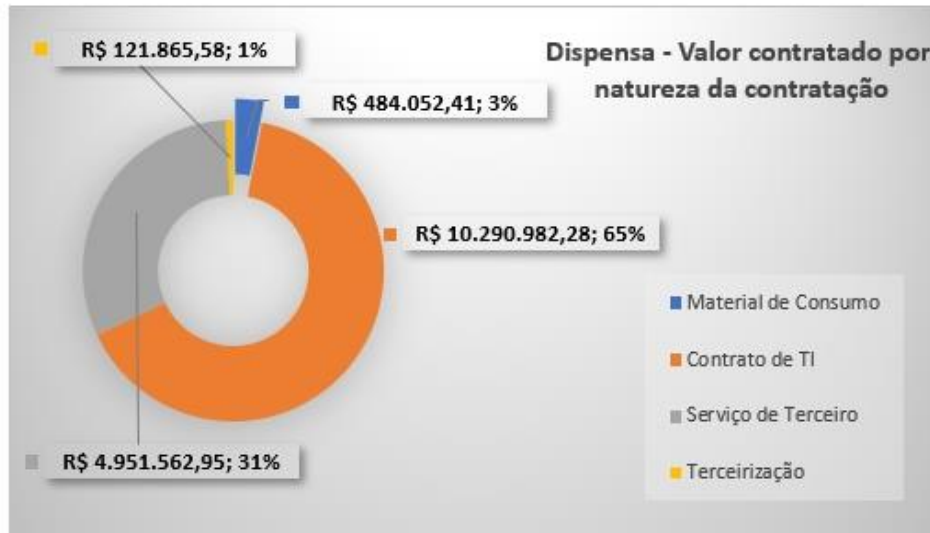
O maior volume de contratações diretas por Dispensa de Licitação foi para *Contrato de TI*, cuja despesa totalizou R\$ 10.290.982,28 (dez milhões, duzentos e noventa mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e oito centavos), o que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

corresponde a 65% do valor total gasto com contratações fundamentadas no artigo 24, da Lei nº 8.666/93.

Gráfico 11 - Dispensa- Valor contratado por natureza da contratação.



- ***Inexigibilidade (Art. 25, Lei nº 8.666/93)***

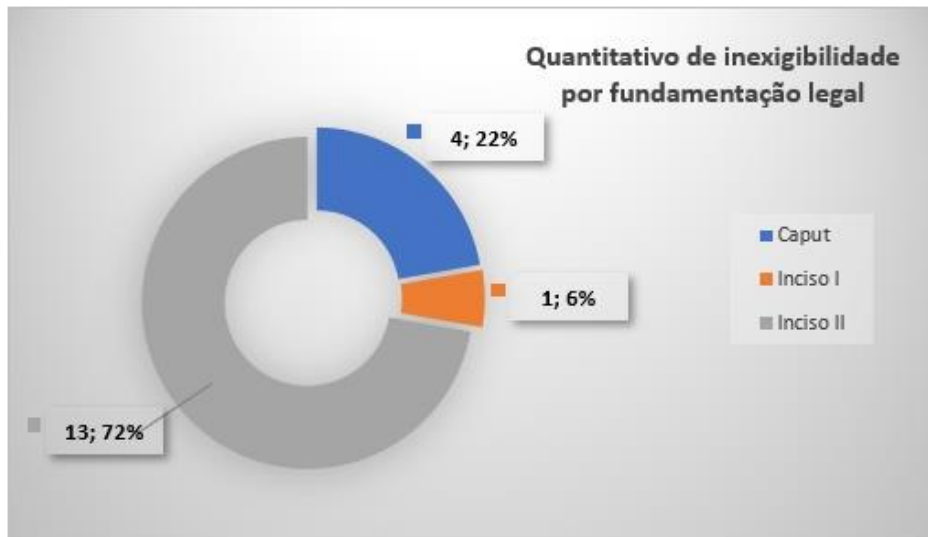
Já no que se refere às contratações diretas efetuadas pelo TJPA em 2020 mediante *Inexigibilidade de Licitação*, foram realizados 18 (dezoito) procedimentos, fundamentados no Art. 25, da Lei nº 8.666/93.

Destes, 13 (treze) procedimentos foram fundamentados no Art. 25, inciso II, cujo objeto principal foi a contratação de capacitações, o que inclui a realização de cursos e o pagamento de professores, o que equivale a 72% do total de Inexigibilidades formalizadas pelo TJPA no exercício.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 12 - Quantitativo de inexigibilidade por fundamentação legal.



No que tange aos recursos orçamentários utilizados, o valor das despesas com contratações por Inexigibilidade de Licitação totalizou R\$ 299.188,03 (duzentos e noventa e nove mil, cento e oitenta e oito reais e três centavos).

As contratações fundamentadas no *caput* do Art. 25 foram as que consumiram a maior fatia dos recursos utilizados, tendo sido gasto R\$ 221.327,73 (duzentos e vinte e um mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos), o que equivale a 74% do valor total.

Gráfico 13 - Inexigibilidade - Valor contratado por fundamentação legal.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

As contratações de maior impacto orçamentário foram as de natureza *Serviços de Terceiros*, que inclui a assinatura de bibliotecas digitais e acesso a Banco de Dados.

Gráfico 14 - Inexigibilidade - Valor contratado por natureza da contratação.



2.2.3. Dos Contratos Formalizados em 2020

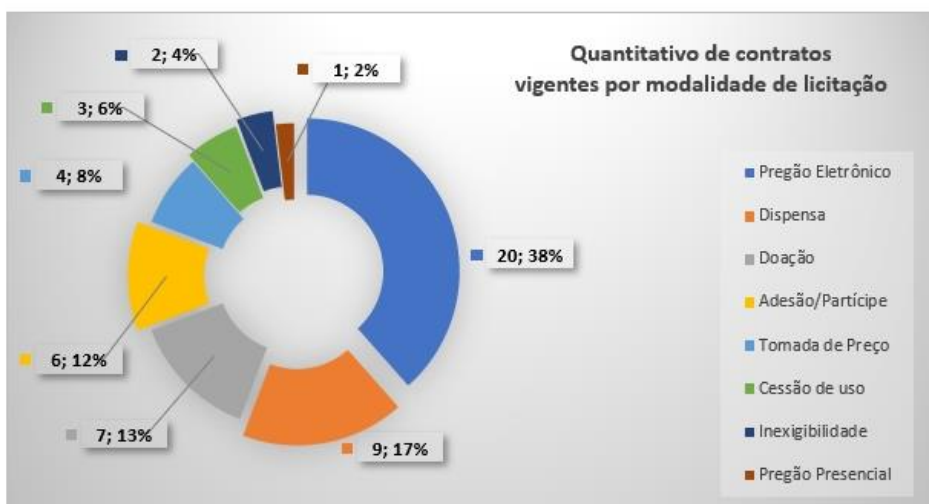
No exercício 2020, o TJPA celebrou 52 (cinquenta e dois) novos contratos, originados de procedimentos licitatórios ou através de contratações diretas por dispensa ou inexigibilidade de licitação, conforme demonstrativo abaixo:

- 20 (vinte) contratos decorrentes de pregões eletrônicos;
- 9 (nove) contratos formalizados através de dispensa de licitação;
- 07 (sete) instrumentos de doação de bens móveis inservíveis;
- 06 (seis) contratos originados de adesões a atas de registro de preços de outros órgãos;
- 04 (quatro) contratos decorrentes de tomadas de preço;
- 03 (três) contratos referentes a cessões provisórias de posse e/ou uso de imóvel;
- 02 (dois) contratos decorrentes de inexigibilidade de licitação;
- 01 (um) contrato originado de pregão presencial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 15 - Quantitativo de contratos vigentes por modalidade de licitação.



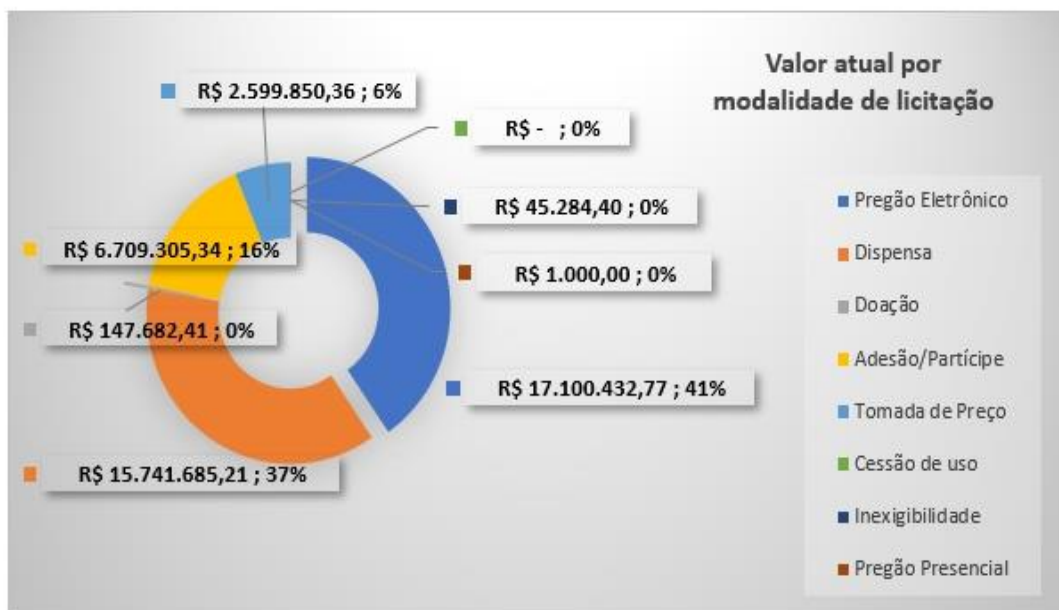
Os contratos pactuados em 2020 apresentaram valores iniciais totais de R\$ 42.289.438,65 (quarenta e dois milhões, duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos). Todavia, após a realização de termos aditivos e demais ajustes contratuais, o exercício 2020 fechou com valores atualizados para os contratos firmados no referido exercício, totalizando R\$ 42.345.240,49 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e nove centavos).

Em relação às modalidades de licitação e as contratações delas decorrentes, os contratos originados de pregões eletrônicos foram os que representaram o maior volume de despesas efetuadas pelo TJPA em 2020, totalizando R\$ 17.100.432,77 (dezessete milhões, cem mil, quatrocentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos), o que equivale a 41% de toda a despesa realizada pelo TJPA com os contratos administrativos firmados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 16 - Valor atual por modalidade de licitação.



Já no que se refere à natureza das contratações em relação aos valores contratados, a maior despesa realizada diz respeito aos contratos de *Terceirização*, nos quais foram gastos R\$ 11.132.991,18 (onze milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e um reais e dezoito centavos), o que representa 26% das despesas efetuadas.

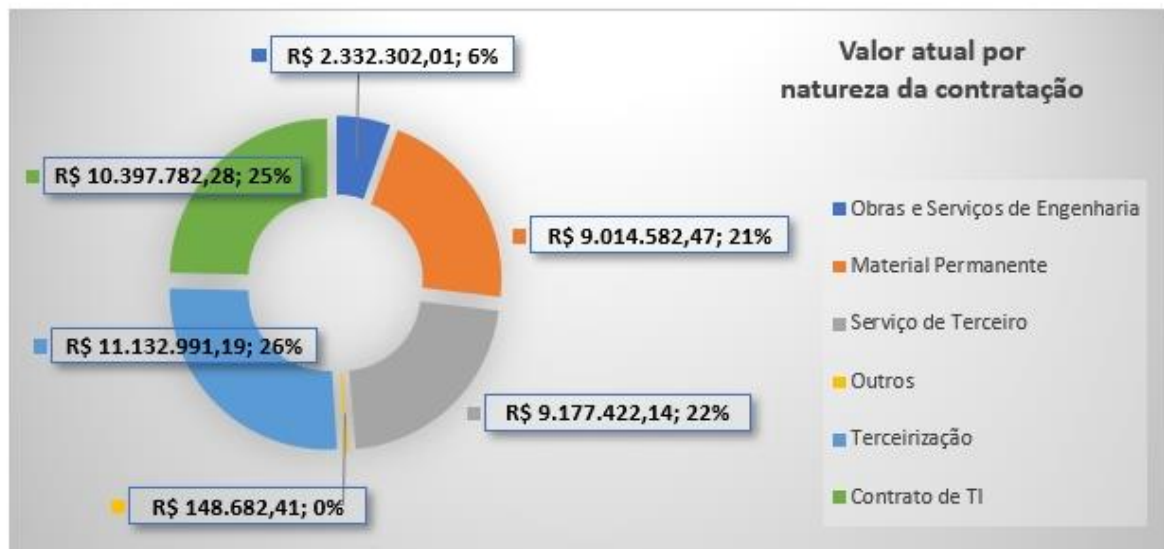
Em segundo lugar no *ranking* de contratações mais volumosas no que tange aos recursos orçamentários utilizados, representando 25% do total, estão os *Contratos de TI*, cujo valor total foi de R\$ 10.397.782,28 (dez milhões, trezentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e oito centavos).

Os contratos relativos a *Serviços de Terceiro* e a *Material Permanente* também consumiram considerável parcela dos recursos orçamentários, totalizando R\$ 9.177.422,14 (nove milhões, cento e setenta e sete mil, quatrocentos e vinte e dois reais e catorze centavos) e R\$ 9.014.582,47 (nove milhões, catorze mil, quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos), o equivalente a 22% e 21% do total de despesas realizadas com contratações, respectivamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 17 – Valor atual por natureza da contratação.



2.2.4. Dos Controles Internos Administrativos Relacionados à Atividade de Compras e Contratações

A qualidade dos controles internos administrativos em relação à capacidade de identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades, bem como as propostas de melhorias, são avaliadas pela SCI do TJPA durante a realização das auditorias, fiscalizações, monitoramentos e demais procedimentos correlatos.

No exercício 2020, foi realizada auditoria na Divisão de Bens Patrimoniais, unidade do Departamento de Patrimônio e Serviços, este subordinado à Secretaria de Administração do TJPA, com o objetivo de analisar e avaliar os procedimentos operacionais referentes às atividades de gestão de bens imóveis e seus controles sistematizados. Destes procedimentos foram verificadas possibilidades de melhorias pela unidade auditada, melhorias estas que irão refletir positivamente na gestão das contratações relativas ao patrimônio imobiliário deste Tribunal, contratos de locação de imóveis e demais atividades correlatas.

Além disso, foram realizados monitoramentos decorrentes de auditorias de anos anteriores cujos objetos foram avaliar os mecanismos de controle dos bens patrimoniais e procedimentos de TIC, dentre os quais a Auditoria Coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2018, sobre Governança e Gestão de TIC.

Aqui cabe ressaltar que este Tribunal, no exercício 2020, editou e atualizou alguns normativos voltados ao fortalecimento dos controles internos relacionados à atividade de compras e contratações, dentre os quais destacam-se os seguintes:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

- *Portaria nº 683/2020-GP – Dispõe sobre a tramitação de processos administrativos à Divisão de Acompanhamento;*
- *Portaria nº 684/2020-GP – Dispõe sobre as atribuições e responsabilidades da equipe de gestão e fiscalização das contratações no âmbito do TJPA;*
- *Portaria nº 685/2020-GP – Dispõe sobre diretrizes para as contratações de solução de tecnologia da informação e comunicação realizadas pelo TJPA;*
- *Portaria nº 686/2020-GP – Dispõe sobre regras e diretrizes da etapa de planejamento das contratações de bens e serviços no âmbito da Administração deste Tribunal de Justiça.*

Através de referidos normativos, nota-se a preocupação da gestão deste TJPA em padronizar os procedimentos e observar a necessária segregação de funções, conforme sua estrutura administrativa, o que seguramente agregará valor à Instituição e sua rotina relacionada à atividade de compras e contratações.

2.3. Avaliação da Gestão de Obras e Serviços de Engenharia

2.3.1. Execução de Obras e Serviços de Engenharia

Atualmente o TJPA conta com um acervo de 226 (duzentos e vinte e seis) imóveis utilizados para prestação jurisdicional, distribuídos em 121 (cento e vinte e uma) comarcas, os quais demandam constante atenção e cuidado, posto o seu grau de relevância no mister do órgão.

Nesse sentido, os esforços internos para gerenciar essas demandas foram atribuídos à Secretaria de Engenharia e Arquitetura - SEA, a quem compete, na medida de sua delegação, estabelecer medidas de restauro, conservação, manutenção e expansão de referido acervo.

De acordo com os dados da SEA, por meio dos anexos M.12, pode-se inferir que o volume de recursos desembolsados em 2020, exclusivamente no pagamento de medições, atingiu o montante de R\$ 14.698.915,85 (catorze milhões, seiscentos e noventa e seis mil e novecentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos).

No que se refere ao Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023, exercício 2020, o volume de recursos alocados no programa Atuação Jurisdicional, com o objetivo de Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Tecnológica foi na ordem de R\$ 24.412.255,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e doze mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) e o realizado foi no valor de R\$ 19.262.244,00 (dezenove milhões, duzentos e sessenta e dois mil e duzentos e quarenta e quatro reais). Em um paralelo com o exercício anterior, que teve um dispêndio de R\$ 16.131.570,00 (Dezesseis milhões, cento e trinta e um mil e setecentos e quinhentos e setenta e sete reais), constata-se que houve um maior desembolso de recursos, na ordem de R\$ 3.130.673, (três milhões, cento e trinta e três mil e seiscentos e setenta e três reais), o que representa em termos percentuais um acréscimo de 19,41%.

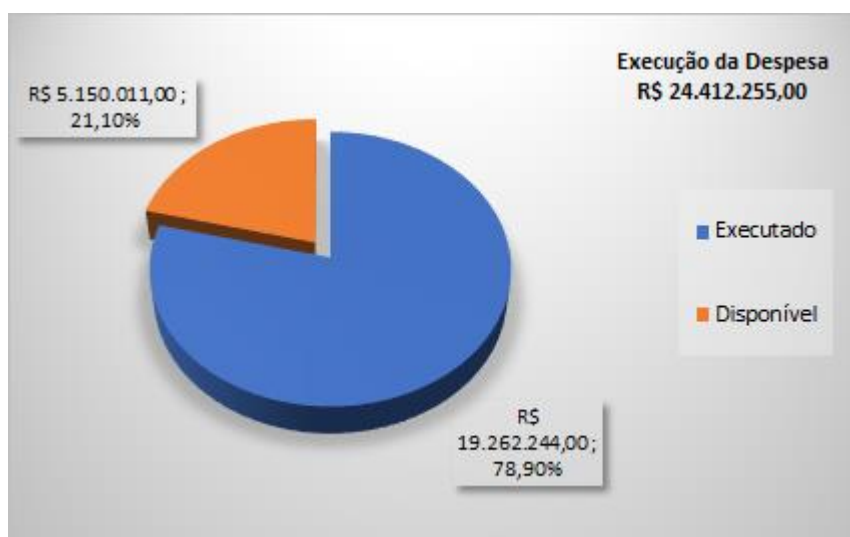
Segue abaixo planilha e gráfico com a representação da execução financeira, com a dotação prevista e o desembolso efetivamente realizado no exercício.

Quadro IX - Execução físico-Financeira

Ação	Execução da Despesa					Meta Física		
	Dotação R\$	Execução R\$	Exec %	Disp R\$	Disp. %	Progr. un	Exec. un	Exec. %
Ampliação da Infraestrutura Física	11.026.014	8.800.556	79,82	2.225.458	20,18	9	8	88,89
Reforma e Manutenção de Prédios	13.386.241	10.461.688	78,15	2.924.553	21,85	149	120	80,54
TOTAL	24.412.255	19.262.244	78,90	5.150.011	21,10	158	128	81,01

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023

Gráfico 18 – Executado x Disponível



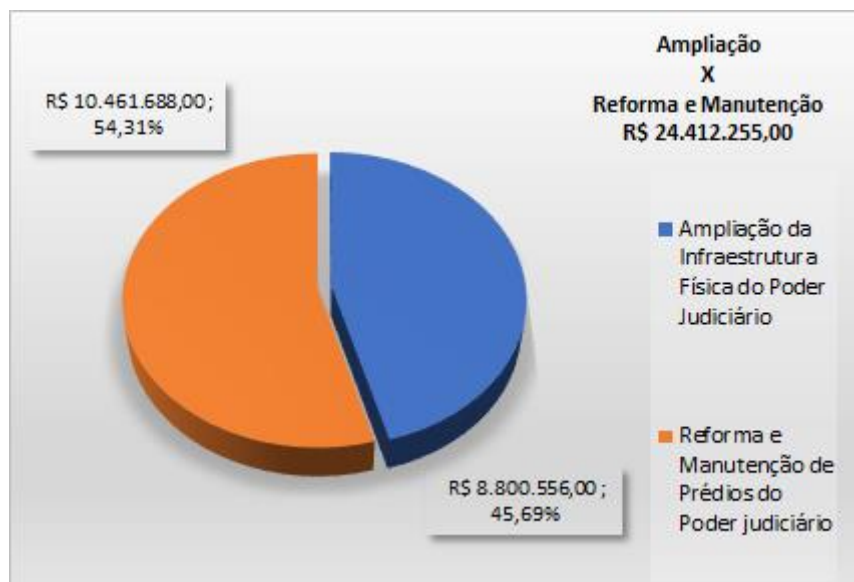
Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

No gráfico seguinte, alusivo às Obras e Serviços de Engenharia, percebe-se que os serviços de Reforma e Manutenção dos Prédios do Poder Judiciário foram os que demandaram maior desembolso no período.

Gráfico 19 – Comparativo do desembolso em Obras X Serviços de Engenharia.



Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023

2.3.2. Panorama das Ações de Obras e Serviços de Engenharia dentro do Planejamento Estratégico

Para o exercício de 2020, a SEA consolidou suas atividades em 06 (seis) ações constantes do Programa Atuação Jurisdicional.

Quadro X – Programa e Projeto Atividade

Programa	Projeto-Atividade
Atuação Jurisdicional	Ampliação da Infraestrutura Física do PJ – 1º Grau
	Ampliação da Infraestrutura Física do PJ – 2º Grau
	Ampliação da Infraestrutura Física do PJ – Apoio
	Reforma e Manutenção de Prédios do PJ – 1º Grau
	Reforma e Manutenção de Prédios do PJ – 2º Grau
	Reforma e Manutenção de Prédios do PJ – Apoio

A execução destas ações foi concretizada na execução de 10 (dez) obras de construção e reforma com ampliação, 07 (sete) contratações de prestação de serviços de fornecimento e instalação de material, além da manutenção preventiva e corretiva



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

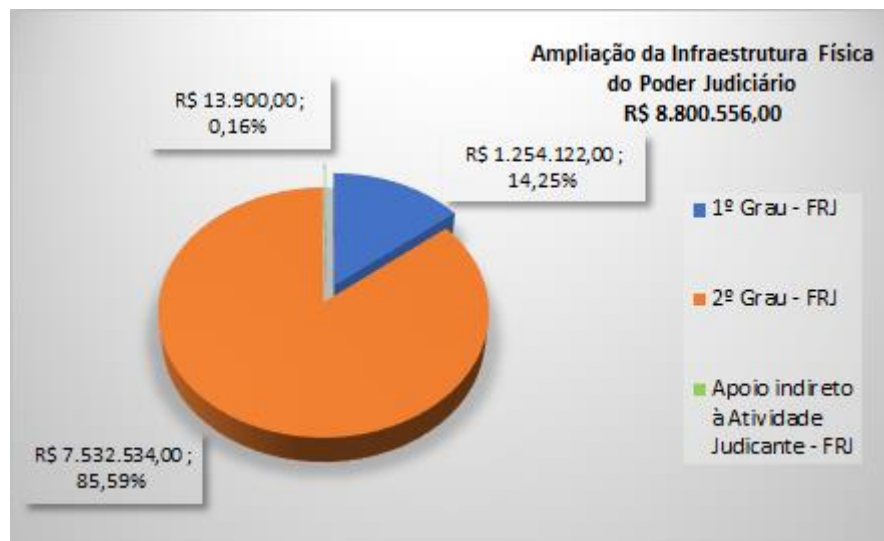
em prédios funcionais da RMB e em 109 (cento e nove) comarcas, formalizada por meio de 27 (vinte e sete) contratações.

A partir dos dados apresentados no Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2000-2023, exercício 2020 e na Planilha M.12, segue a distribuição de recursos investidos em cada projeto-atividade ao longo do Programa Atuação Jurisdicional.

2.3.2.1. Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário

Em análise às ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário, os imóveis correspondentes ao 2º Grau foram os que demandaram um maior desembolso, representando 85,59% dos recursos destinados a este projeto-atividade, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 20 – Execução de recursos nas ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário.



Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023

A planilha a seguir apresenta a execução físico-financeira de cada projeto-atividade:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro XI - Execução físico-financeira da Ampliação da Infraestrutura Física

Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário	Execução da Despesa					Meta Física		
	Atividade	Dotação R\$	Exec. R\$	Exec. %	Disp. R\$	Disp. %	Progr un.	Exec un.
1º Grau	1.330.437	1.254.122	94,26	76.315	5,74	7	5	71,43
2º Grau	9.600.677	7.532.534	78,46	2.068.143	21,54	1	2	200
Apoio indireto à Atividade Judicante	94.900	13.900	14,65	81.000	85,35	1	1	100
Total	11.026.014	8.800.556	79,82	2.225.458	20,18	9	8	88,89

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023

Para o projeto-atividade Ampliação da Infraestrutura do Poder Judiciário foi orçado a dotação de R\$ 11.026.014,00 (onze milhões, vinte de seis mil e quatorze reais), tendo sido executados R\$ 8.800.556,00 (oito milhões, oitocentos mil, quinhentos e cinquenta e seis reais). Em análise de gestão de desempenho, o percentual de execução da meta financeira foi de 79,8% e a média da meta física ficou 88,9%. Verifica-se que houve convergência entre a meta financeira e a execução da meta.

▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 1º Grau – FRJ**

A ação contemplou a Reforma do Fórum de Muaná, Construção do Fórum de Vitória do Xingú, Reforma do Fórum de Baião para implantação de acessibilidade e Reforma do edifício que abriga os Juizados Criminais e Turmas Recursais.

Ressalta-se que as obras nas comarcas de Muaná e Terra Santa foram previstas para o exercício de 2019, no entanto precisaram ser postergadas em virtude de indisponibilidade financeira.

A execução dessa ação envolveu um desembolso de recursos de R\$ 1.254.122,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e quatro mil e cento e vinte e dois reais).

Quanto a análise de gestão, verifica-se que o percentual alcançado de meta financeira foi de 94,26%, contra o percentual de meta física que foi de 71,43%.

O panorama apresentado demonstra que o objetivo da atividade em tela não obteve o êxito esperado, posto que das 07 (sete) unidades programadas, apenas 05 (cinco) foram executadas, alcançado o percentual de apenas 71,43% de execução. No entanto, em relação à meta financeira, o alcance foi de 94,26%, portanto 22,83%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

superior ao produto entregue, o que representa, em termos quantitativos, um custo de execução superior ao planejado.

▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 2º Grau – FRJ**

A ação contemplou a construção do edifício da Corregedoria Geral de Justiça e a construção do novo acesso ao Prédio Sede do TJPA, iniciada no exercício passado.

A execução da ação envolveu um desembolso de R\$ 7.532.534 (sete milhões, quinhentos e trinta e dois mil e quinhentos e trinta e quatro reais), o que representa um alcance da meta financeira em 78,46%. Quanto ao alcance da meta física, de acordo com o PPA, foi atribuído um percentual de 200%.

▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – Apoio indireto à atividade Judicante – FRJ**

Esta ação contemplou a conclusão da reforma de ampliação de imóvel para a implantação da Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP.

Para a execução desta ação houve um desembolso de R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais).

Quanto a análise da gestão, verificou-se um percentual de execução de meta financeira de 14,65%, o que foi suficiente para o atingimento de 100% de meta física.

Em face do exposto, denota-se a entrega do produto planejado com economia em relação aos custos orçados. Sob uma ótica quantitativa, verifica-se boa gestão dos recursos financeiros.

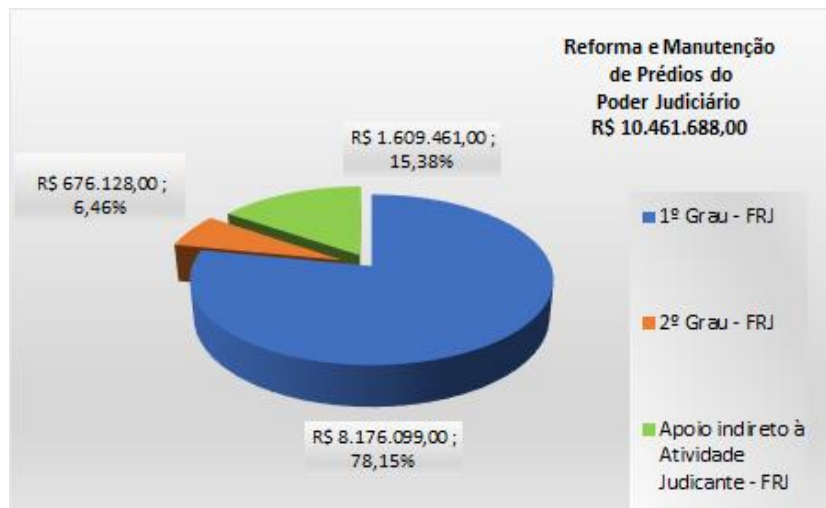
2.3.2.2. Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário

Em análise às ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário, os imóveis correspondentes ao 1º Grau foram os que demandaram um maior desembolso, representando 78,15% dos recursos destinados a este projeto-atividade, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 21 – Desembolso de recursos nas ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**



Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023

Os recursos executados na ação Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário foram na ordem de R\$ 10.461.688,00 (dez milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e oitenta e oito reais). Quanto à análise de gestão, o percentual de execução da meta financeira foi de 78,15% enquanto que o da meta física ficou em 80,54%. Percebe-se com este panorama, sob ótica quantitativa, convergência entre a meta física e a meta financeira.

A planilha a seguir apresenta a execução físico-financeira de cada projeto-atividade:

Quadro XII - Execução físico-financeira da Reforma e Manutenção dos Prédios

Reforma e Manutenção dos Prédios do Poder Judiciário	Execução da Despesa					Meta Física		
	Atividade	Dotação R\$	Exec. R\$	Exec. %	Disp. R\$	Disp %	Progr un.	Exec. un.
1º Grau	9.623.726	8.176.099	84,96	1.447.627	24,19	139	109	78,42
2º Grau	1.626.830	676.128	41,56	950.702	58,44	1	1	100
Apoio indireto à Atividade Judicante	2.135.685	1.609.461	75,36	526.224	24,64	9	10	111,11
Total	13.386.241	10.461.688	78,15	2.924.553	21,85	149	120	80,54

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023

▪ **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – 1º Grau – FRJ.**

A ação contemplou reformas e manutenção em 109 (cento e nove) comarcas.

O percentual de execução da meta financeira foi de 84,96% e a meta física ficou 78,42%, sinalizando convergência entre planejado e executado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

▪ **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – 2º Grau – FRJ.**

Esta ação envolveu as manutenções e restauro de ambientes do Prédio Sede.

Quanto a análise de gestão, verifica-se que o percentual de 41,56%, alcançado na meta financeira, foi suficiente para o atingimento de 100% de meta física. Com o cenário apresentado percebe-se que houve a entrega do produto planejado com economia de 58,44% em relação a execução das despesas. Sob uma ótica quantitativa, verifica-se uma eficiente gestão dos recursos financeiros.

▪ **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – Apoio Indireto à Atividade Judicante – FRJ.**

Nesta ação foram realizadas as manutenções no Arquivo Geral da BR, no Depósito da 16 de Novembro, no antigo almoxarifado da Cidade Velha, no Prédio da Divisão de Manutenção - SEA e Estacionamento Criminal, na Escola Judicial, na Casa Amarela I, na Casa Amarela II, no Serviço Médico e Odontológico, no Complexo da Augusto Montenegro e no Arquivo de Santarém.

Quanto a análise de gestão, verifica-se que o percentual de 75,36%, alcançado na meta financeira, foi suficiente para o atingimento de 111,11% de meta física. Do panorama exposto percebe-se que houve a entrega do produto planejado com economia de 35,75% em relação a execução das despesas. Ressalta-se que o planejado foi de 9 (nove) unidades, no entanto, a Secretaria atingiu o total de 10 (dez) unidades executadas. Sob uma ótica quantitativa, verifica-se uma eficiente gestão dos recursos financeiros.

2.4. Avaliação da Gestão de TIC

Os investimentos em Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) do Tribunal de Justiça do Estado Pará visam cumprir o objetivo institucional “Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica”.

As STIC constam no projeto-atividade “Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do Poder Judiciário” do programa “Atuação Jurisdicional”, atendendo as unidades institucionais em diferentes graus de jurisdição, sendo executados da unidade orçamentária do FRJ (UG 04102).

O programa “Atuação Jurisdicional” é parte integrante do macrodesafio “Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC”, previsto no Planejamento Estratégico e está relacionado com as seguintes iniciativas estratégicas do TJPA:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

- Inovação e modernização da infraestrutura de TIC;
- Inovação e aperfeiçoamento da gestão dos sistemas de informação;
- Aprimoramento da segurança da informação; e
- Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação.

Para o exercício de 2020, o TJPA orçou um dispêndio inicial de R\$ 28.057.857,00 (vinte e oito milhões, cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e sete reais) em Tecnologia da Informação e Comunicação (valor constante da Lei Orçamentária Anual – LOA 2020).

Durante a execução orçamentária, a dotação inicial recebeu acréscimo, resultando em uma dotação atualizada no valor de R\$ 33.665.401,00 (trinta e três milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e um reais) para atender o projeto-atividade “Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do Poder Judiciário”.

Do total de recursos destinados ao programa “Atuação Jurisdicional” da unidade orçamentária FRJ, o referido projeto representa 41,1% da dotação atualizada.

Quadro XIII - Valores referente ao projeto-atividade “Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do Poder Judiciário”

		Dotação	Executado	% Execução	% Meta Física
Programa Atuação Jurisdicional - FRJ		81.986.888	62.316.598	76,0%	
Projeto- Atividade: Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário	1º Grau	23.512.851	20.244.667	86,1%	100%
	2º Grau	2.912.193	2.306.491	79,2%	100%
	Apoio	7.240.357	5.734.795	79,2%	100%
Total da Dotação e do Executado		33.665.401	28.285.953	84,0%	
Participação do projeto-atividade no Programa Atuação Jurisdicional - FRJ		41,1%	45,4%		

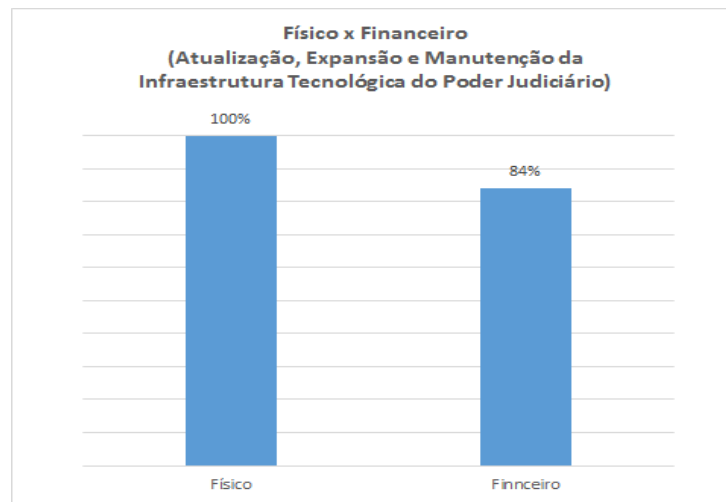
Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023

Dos recursos destinados ao projeto em análise, a execução de 84% (R\$ 28.285.953,00) destes créditos foi suficiente para o atingimento de 100% da meta física, representando 45,4% do valor liquidado do referido programa.

Gráfico 22 – Meta Física x Meta Financeira



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023

O orçamento executado, de R\$ 28.285.953 (vinte e oito milhões e duzentos e oitenta e cinco mil e novecentos e cinquenta e três reais), em análise à natureza da despesa, aplicou 18% deste montante em investimento e 82% em custeio, demonstrando um aumento de 7,8% em despesas de custeio e uma redução de 25% em custo com investimento, em relação aos percentuais registrados em 2019.

Gráfico 23 – Participação do orçamento



Fonte: *Business Objects* - B.O (consulta 10/03/21)

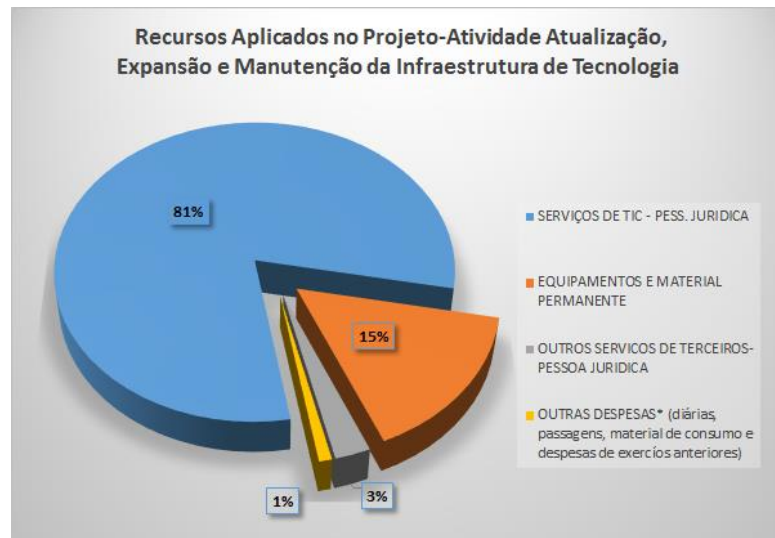
Observou-se que, nos quatro principais grupos de despesas para este projeto-atividade, a maior participação dos recursos (81%) foi para os Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação para Pessoa Jurídica, que reúne as despesas de teleprocessamento, locação de *software*, manutenção e conservação de equipamentos de dados, serviços de telecomunicações somente TIC.

No outro extremo, representando 1%, encontra-se as despesas relacionadas a diárias, passagens, material de consumo e despesas de exercícios anteriores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 24 – Recursos Aplicados no projeto-atividade Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura.



Fonte: *Business Objects* - B.O (consulta 10/03/21)

De acordo com o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023 – Exercício 2020, dentre os diversos benefícios gerados pelos investimentos em soluções de TIC, destacam-se:

- Redimensionamento da quantidade de linhas e serviços de telefonia fixa e redistribuição de linhas subutilizadas para novas unidades institucionais no contexto da pandemia do COVID-19;
- Aquisição de solução de *enclosures*, *switches* e servidores de processamento genérico compactos (do tipo *Blades*), representando 4 vezes a quantidade de recursos computacionais existentes atualmente no TJPA, que foram comprados com a referência cambial de 2019, de antes da pandemia, de modo que o custo foi menos da metade do preço do que seria gasto se a cotação válida correspondesse à variação cambial do dólar em 2020;
- Homologação nova de imagem padrão para *Windows 10*, com melhorias de segurança, acesso rápido às ferramentas de suporte remoto, além de facilidade na integração de aplicações e no gerenciamento de funcionalidades;
- Adaptação na solução de segurança da informação institucional para viabilizar acesso fácil, rápido e seguro à rede do TJPA a partir de casa;
- Revisão de rotinas e ajustes de recursos computacionais de ativos de banco de dados; ampliação massiva de capacidade de tráfego de dados para o



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

interior do Pará, o que inclui redução da quantidade de localidades dependentes de circuitos satélites;

- Mapas dos circuitos de dados a partir do refinamento de mecanismos de monitoramento, culminando na rápida atuação e diminuição no tempo de recuperação dos ativos de infraestrutura de redes;
- Recursos de agendamento online, para atendimentos presenciais ou virtuais;
- Painel de indicadores da Justiça pela Paz em Casa, manutenção dos julgamentos no 2º Grau a partir das sessões por videoconferência, com habilitação da sustentação oral pelos advogados;
- Painel de Tratamento de Dívidas da Execução Fiscal, conforme Provimento CNJ nº 57, de 22 de julho de 2016;
- Perícias por videoconferência conforme regulamentado na Portaria nº 1657/2020-GP, de 15 de julho de 2020, possibilitando a realização de atividades institucionais em formato de teletrabalho.

3. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Do Balanço Orçamentário

3.1.1. Receita

A Lei Estadual nº 8.966/2015, de 30 de dezembro de 2019, instituiu o Plano Plurianual do Estado, período de 2020-2023, estruturado em Programas Temáticos, Programas de Gestão e Manutenção e Serviços do Estado.

No Panorama Orçamentário deste relatório, as dotações do TJPA para exercício de 2020 foram subdivididas nos seguintes Programas Temáticos: Atuação Jurisdicional, Cidadania, Justiça e Direitos Humanos e Manutenção da Gestão do Poder Judiciário.

A Lei Estadual nº 8.969, de 30 de dezembro de 2019, aprovou para o TJPA a dotação inicial de R\$ 1.262.665.215,00 e fixou a despesa em valor igual, conforme ditames da LDO e o princípio orçamentário do equilíbrio das contas de receita e despesa.

Quadro XIV - Previsão Inicial da Receita para 2020

PREVISÃO DA RECEITA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Cód. Fonte Recurso	FONTE	R\$
UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado		1.077.418.943,00
101	Recursos Ordinários	1.067.091.270,00
112	Receita Patrimonial – Outros Poderes	4.186.400,00
128	Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará	6.141.273,00
UG 040102 - Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário		185.246.272,00
101	Recursos Ordinários	7.778.550,00
106	Recurso Proveniente de Transferências - Convênios e Outros	74.060,00
112	Receita Patrimonial - Outros Poderes	6.302.986,00
118	Rec. Própria do Fundo de Reaparelhamento	170.565.676,00
123	Recursos Provenientes de Alienação de Bens	525.000,00
Total		1.262.665.215,00

Fonte: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Governo do Estado do Pará

3.1.1.1. UG 040101 – Tesouro

No decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação da UG 040101 – Tesouro, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 1.087.449.438,98. Tal implemento se deu em virtude de suplementações, cancelamentos de dotação inicial e suplementações e movimentações de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro XV - Dotação Atualizada UG 040101

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial/ Suplementado	Movimento Crédito	Contenção de Crédito	Dotação Atualizada
101	1.067.091.270,00	54.444.435,00	-38.444.435,00	-13.974.507,27	0,00	1.069.116.762,73
112	4.186.400,00	0,00	0,00	0,00	-2.334.306,81	1.852.093,19
128	6.141.273,00	30.000,00	-30.000,00	-24.288,13	-555.000,00	5.5611.984,87
301	0,00	37.680.564,71	-13.800.000,00	0,00	-12.976.996,52	10.903.568,19
328	0,00	1.729.828,00	0,00	0,00	-1.714.798,00	15.030,00
TOTAL	1.077.418.943,00	93.884.827,71	-52.274.435,00	-13.998.795,40	-17.581.101,33	1.087.449.438,98

Fonte: Business Object 2020

No exercício de 2020, a despesa empenhada na UG 040101 foi de R\$ 1.056.701.874,27, correspondendo a 95,6% de execução orçamentária da dotação atualizada. Infere-se um alto grau de aproveitamento da execução orçamentária disponível.

Observa-se que a Receita Realizada apresenta valor deficitário de 1.056.701.874,27, conforme se depreende do Balanço Orçamentário abaixo. Isso é explicado pelo fato do TJPA não apresentar Receitas Orçamentárias, em linha com o que é demonstrado no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, que será tratado adiante neste relatório. Do Balanço Financeiro é possível identificar que os ingressos ocorrem em sua maior parte através de Transferências Financeiras Recebidas, que não são classificados como Receitas Orçamentárias. Desta forma, o déficit orçamentário é exatamente o valor das despesas empenhadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro XVI- Balanço Orçamentário - UG 040101

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
SUBTOTAL DAS RECEITAS		
OPERAÇÕES CRÉDITO/REFINANCIAMENTO		
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO		
DÉFICIT		1.056.701.874,27
TOTAL		1.056.701.874,27
SALDOS EXERC ANTERIORES		
(UTILIZADOS P/ CRÉDITOS ADICIONAIS)		
SUPERÁVIT FINANCEIRO		
REABERTURA CRÉDITOS ADICIONAIS		
SUPERAVIT FINANCEIRO	25.610.392,71	10.914.238,19

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEZA EMPENHADA
DESPESAS CORRENTES	1.104.477.825,31	1.056.701.874,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.012.073.797,49	978.793.744,15
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92.404.027,82	77.908.130,12
DESPESAS DE CAPITAL	552.715,00	
INVESTIMENTOS	552.715,00	
SUBTOTAL DESPESAS	1.105.030.540,31	1.056.701.874,27
AMORTIZ DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	1.105.030.540,31	1.056.701.874,27
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.105.030.540,31	1.056.701.874,27
SUPERÁVIT		
TOTAL		
Execução de RPN Processados	DEZ EXE ANTERIOR	PAGOS
DESPESAS CORRENTES	12.418.569,11	12.418.569,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.963.319,10	11.963.319,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	455.250,01	455.250,00
TOTAL	12.418.569,11	12.418.569,08

Fonte: SIAFEM 2020



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Em 2020, houve abertura de crédito adicional no valor de R\$ 10.914.238,19, viabilizada pelo superávit financeiro apurado em exercícios anteriores, através das fontes de recurso 301 e 328, evidenciada pela Dotação Atualizada no período, conforme detalhamento abaixo:

Quadro XVII- Detalhamento da Abertura de Crédito Adicional por Superávit Financeiro - UG 040101

FONTE	NOME FONTE RECURSO	NOME GRUPO DESPESA	EMPENHADO
301	RECURSOS ORDINÁRIOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.497.495,72
301	RECURSOS ORDINÁRIOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.406.072,47
328	FUNDO APOIO REGISTRO CIVIL PARA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.670,00
TOTAL			10.914.238,19

Fonte: Business Object 2020

No final do exercício de 2020, foram inscritos Restos a Pagar no montante de R\$ 12.418.569,11, do qual foi efetivamente pago 99,8% do valor inscrito, representado pelo montante de R\$ 12.418.569,08. O valor restante de R\$ 0,03 foi registrado em Restos a Pagar.

3.1.1.2. UG 040102 – FRJ

A Dotação Inicial da UG 040102 – FRJ foi prevista no montante de R\$ 185.246.272,00. No decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 185.452.580,14. Tal implemento se deu em virtude de cancelamentos de dotação inicial e suplementações, movimentações e contenções de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro XVIII- Dotação Atualizada UG 040102

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial /Suplementado	Movimento Crédito	Contenção de Crédito	Dotação Atualizada
101	7.778.550,00	275.582,00	-275.582,00	0,00	-2.697.822,84	5.080.727,16
106	74.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.060,00
112	6.302.986,00	0,00	0,00	0,00	-4.000.000,00	2.302.986,00
118	170.565.676,00	6.188.134,00	-6.188.134,00	-2.779.032,08	-28.997.778,74	138.788.865,18
123	525.000,00	0,00	0,00	0,00	-525.000,00	0,00
301	0,00	20.311.677,00	-1.462.700,00	0,00	0,00	18.848.977,00
306	0,00	699.037,23	0,00	-634.957,23	0,00	64.080,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

312	0,00	6.180.627,00	-2.000,00	0,00	0,00	6.178.627,00
318	0,00	18.222.416,29	-3.775.550,00	-776.711,49	0,00	13.670.1154,80
323	0,00	444.103,00	0,00	0,00	0,00	444.103,00
TOTAL	185.246.272,00	52.321.576,52	-11.703.966,00	-37.632.270,30	-2.779.032,08	185.452.580,14

Fonte: Business Object 2020

No exercício de 2020, a despesa empenhada na UG 040102, foi na ordem de R\$ 151.271.896,50, correspondendo a 81,6% de execução orçamentária da dotação atualizada.

Observa-se que a Receita Realizada apresenta valor deficitário de R\$ 178.013.818,23, conforme se depreende do Balanço Orçamentário abaixo. Na mesma linha de raciocínio explanado para a UG 040101, isso é explicado pelo fato de o TJPA não apresentar Receitas Orçamentárias. Desta forma, o déficit orçamentário é exatamente o valor das despesas empenhadas.

Quadro XIX- Balanço Orçamentário - UG 040102

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I+II+III)		
Operações Crédito/Refinanciamento (V)		
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMEN (VI) = (IV+V)		
Déficit (VII)		151.271.896,50
TOTAL (VIII) = (VI+VII)		151.271.896,50
Saldos Exercícios Anteriores		
(Utilizados P/ Créditos Adicionais)		
Superávit Financeiro		
Reabertura de Créditos Adicionais		
SUPERAVIT FINANCEIRO	40.617.610,52	32.716.469,57
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA
Despesa corrente (IX)	193.403.524,67	135.819.430,70
Outras despesas Correntes	193.403.524,67	135.819.430,70
Despesa de Capital (X)	29.681.325,77	15.452.465,80
Investimentos	29.184.123,77	115.005.263,99
Inversões Financeiras	497.202,00	447.201,81
SUB TOTAL DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	223.084.850,44	151.271.896,50



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Amortização Dívida/Refinanc (Xiv)		
SUBTOTAL C/ REFINANC (XV) = (XIII+XIV)	223.084.850,44	151.271.896,50
Superávit (XVI)		
TOTAL (XV + XVI)	223.084.850,44	151.271.896,50
EXECUÇÃO DE RPN LIQUIDADOS	DEZ EXE ANTERIOR	PAGOS
DESPESAS CORRENTES	9.692.161,99	9.423.131,41
Outras Despesas Correntes	9.692.161,99	9.423.131,41
DESPESA DE CAPITAL	8.788.342,65	8.763.523,06
Investimento	8.788.342,65	8.763.523,06
TOTAL	18.480.504,64	18.186.654,47

Fonte: SIAFEM 2020

Em 2020, houve abertura de crédito adicional no valor de R\$ 32.716.469,57, viabilizada pelo superávit financeiro apurado em exercícios anteriores, através das fontes de recurso 301, 306, 312, 318 e 328, evidenciada pela Dotação Atualizada no período, conforme detalhamento abaixo:

Quadro XX- Detalhamento da Abertura de Crédito Adicional por Superávit Financeiro - UG 040102

FONTE	NOME FONTE RECURSO	NOME GRUPO DESPESA	EMPENHADO
301	RECURSOS ORDINÁRIOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.506.458,21
301	RECURSOS ORDINÁRIOS	INVESTIMENTOS	2.950.401,09
306	REC PROV TRANSF – CONV E OUT	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00
306	REC PROV TRANSF – CONV E OUT	INVESTIMENTOS	34.080,00
312	RECEITA PATRIM – OUT PODER	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.846,86
312	RECEITA PATRIM – OUT PODER	INVESTIMENTOS	2.611.334,65
318	RECEITA PRÓPRIA DO FRJ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.306.628,93
318	RECEITA PRÓPRIA DO FRJ	INVERSÕES FINANCEIRAS	447.201,81
318	RECEITA PRÓPRIA DO FRJ	INVESTIMENTOS	6.527.653,02
323	REC PROV -ALIENAÇÃO DE BENS	INVESTIMENTOS	297.865,00
TOTAL			32.716.469,57

Fonte: Business Object 2020

No final do exercício de 2020, foram inscritos Restos a Pagar no montante de R\$ 18.480.504,64, do qual foi efetivamente pago 98,4% do valor inscrito, representado pelo montante de R\$ 18.186.654,47. O valor restante R\$ 293.850,17 foi registrado em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Restos a Pagar. Os RP processados de exercícios anteriores inscritos no valor de R\$ 168.861,79 foram integralmente cancelados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

3.1.2. Despesa

A execução da despesa pública é a aplicação do valor repassado ou arrecadado para custear os serviços públicos prestados à sociedade. A execução da despesa orçamentária pública transcorre em 3 (três) estágios, que conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, são: empenho, liquidação e pagamento.

Quadro XXI- Execução da Despesa UG 040101

UG 040101							
Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	Anulação Liquidado	Pago	A Pagar
101	1.067.091.270,00	1.069.116.762,73	1.039.255.194,91	1.111.510.188,26	-72.254.993,35	1.036.800.967,39	2.454.227,52
112	4.186.400,00	1.852.093,19	1.814.624,60	1.852.093,19	-37.468,59	1.814.624,60	0,00
128	6.141.273,00	5.561.984,87	4.717.816,57	4.762.011,42	-44.194,85	4.119.766,45	598.050,12
301	0,00	10.903.568,19	10.903.568,19	10.928.391,74	-24.823,55	10.903.568,19	0,00
328	0,00	15.030,00	10.670,00	10.670,00	0,00	10.670,00	0,00
TOTAL	1.077.418.943,00	1.087.449.438,98	1.056.701.874,27	1.129.063.354,61	-72.361.480,34	1.053.649.596,63	3.052.277,64

Fonte: Business Object 2020

Do montante da Dotação Atualizada, 97,2% foi efetivamente empenhado e liquidado. Sendo 99,7% da despesa processada (empenhada e liquidada) paga em 2020.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro XXII- Execução da Despesa UG 040102

UG 040102							
Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	Anulação Liquidado	Pago	A Pagar
101	7.778.550,00	5.080.727,16	2.581.613,63	2.634.432,03	52.818,40	732.559,57	1.849.054,06
106	74.060,00	74.060,00	0	0	0	0	0
112	6.302.986,00	2.302.986,00	730.000,00	730.000,00	0	730.000,00	0
118	170.565.676,00	138.788.865,18	115.243.813,30	118.391.064,26	3.147.250,96	107.342.356,06	7.901.457,24
123	525.000,00	0	0	0	0	0	0
301	0	18.848.977,00	18.456.859,30	18.461.091,30	4.232,00	17.353.118,23	1.103.741,07
306	0	64.080,00	64.080,00	64.080,00	0	64.080,00	0
312	0	6.178.627,00	2.616.181,51	2.616.781,51	600	1.527.088,10	1.089.093,41
318	0	13.670.154,80	11.281.483,76	11.317.744,51	36.260,75	6.371.671,81	4.909.811,95
323	0	444.103,00	297.865,00	297.865,00	0	279.083,87	18.781,13
TOTAL	185.246.272,00	185.452.580,14	151.271.896,50	154.513.058,61	3.241.162,11	134.399.957,64	16.871.938,86

Fonte: Business Object 2020

Do montante da Dotação Atualizada, 81,6% foi efetivamente empenhado e liquidado. Sendo 88,8% da despesa processada (empenhada e liquidada) paga em 2020.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

3.2. Do Balanço Financeiro

3.2.1. Balanço Financeiro - UG 040101

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª ed., p. 429).

No exercício de 2020, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040101 representaram um montante de R\$ 1.111.283.423,28. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 335.597.168,20, como identificado abaixo.

Quadro XXIII - Balanço Financeiro 2020 – UG 040101.

INGRESSOS		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)		1.111.283.423,28
TRANSF. REC. P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.111.275.452,16	
TRANSF. REC. INDEP. EXECUÇÃO ORÇAMENT.	7.971,12	
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)		335.597.168,20
CONSIGNAÇÕES	332.544.890,56	
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO-INSCRIÇÃO	3.052.277,64	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)		63.053.502,76
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	63.033.816,45	
DEPÓSITOS RESTIT. E VAL.VINCULADOS	19.686,31	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		1.509.934.094,24

DISPÊNDIOS		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)		1.056.701.874,27
ORDINÁRIA	1.050.158.763,10	
RECURSOS ORDIN. DO TESOUREO ESTADUAL	1.050.158.763,10	
VINCULADA	6.543.111,17	
REC. DESTIN. A FUNDOS DA ADM. DIRETA	4.728.486,57	
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	1.814.624,60	
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)		28.254.012,52
TRANSF.CONCEDIDAS P/ EXEC. ORÇAMENTÁRIA	2.964.084,27	
TRANSF. CONCED. INDEP. EXEC. ORÇAMENT.	25.289.928,25	
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)		349.805.925,31



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

CONSIGNAÇÕES	337.387.356,23	
RESTOS A PAGAR DE EXEC. ANTERIOR – BAIXA	12.418.569,08	
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)		75.172.282,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	75.152.595,83	
DEPOSITOS RESTITUÍVEIS E VAL. VINCULADOS	19.686,31	
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		1.509.934.094,24

Fonte: SIAFEM 2020

O valor do Saldo para o Exercício Seguinte (IX) do Balanço Financeiro está consistente com o valor do Ativo Financeiro da Demonstração da Disponibilidade de Caixa, de R\$ 75.172.282,14.

Ademais, a Demonstração da Disponibilidade de Caixa apresenta o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, resultando, ao final, na Disponibilidade por Destinação de Recurso Não Utilizado de R\$ 69.609.681,06.

O saldo da conta Disponibilidade por Destinação de Recurso é utilizado para a elaboração do Quadro do Superávit / Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª ed., p. 437).

O valor da Disponibilidade por Destinação de Recurso da Demonstração da Disponibilidade de Caixa está consistente com o valor evidenciado no Quadro do Superávit / Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial da UG 040101, a ser apresentado mais a frente neste relatório.

Quadro XXIV - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040101

ATIVO FINANCEIRO		75.172.282,14
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		
BANCOS		
CONTA MOVIMENTO	0,08	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	75.152.595,75	
OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	19.686,31	
PASSIVO FINANCEIRO		75.172.282,14
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		
DEPÓSITOS	2.510.323,41	
RESTOS A PAGAR		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

DO EXERCÍCIO		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	3.052.277,64	
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
RP PROCESSADOS A PAGAR	0,03	
DISPONIBIL. P/ DESTINAÇÃO DE RECUR. NÃO UTILIZADO	69.609.681,06	

Fonte: SIAFEM 2020

A Demonstração da Disponibilidade de Caixa não se confunde com a Demonstração dos Fluxos de Caixa que será tratada mais a frente neste relatório.

3.2.2. Balanço Financeiro - UG 040102

No exercício de 2020, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040102 representaram um montante de R\$ 166.027.736,63. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 740.208.566,07. Como identificado abaixo.

Quadro XXV - Balanço Financeiro 2020 - UG 040102

INGRESSOS		
Transferências Financeiras Recebidas (II)		166.027.736,63
Transf. Recebidas p/ Execução Orçamentária	140.734.075,90	
Transf. Recebidas Indep. Execução Orçamentária	25.293.660,73	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		740.208.566,07
Consignações	8.087.469,35	
Depósitos de Diversas Origens	712.202.180,69	
Restos a Pagar do Exercício-Inscrição	16.871.938,86	
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	2.878.115,38	
Ganhos c/ Desincorporação de Passivos	168.861,79	
Saldo do Exercício Anterior (IV)		450.794.936,69
Caixa e Equivalente de Caixa	97.121.996,92	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	353.672.939,77	
Total (V) = (I+II+III+IV)		1.357.031.239,39
DISPÊNDIOS		
Despesa Orçamentária (VI)		151.271.896,50
Ordinária	21.038.472,93	
Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	21.038.472,93	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Vinculada	130.233.423,57	
Recursos Prov. de Transferências - Convênios e Outros	64.080,00	
Recursos Destinados a Fundos da Administração Direta	297.865,00	
Recursos Destinados a Fundos dos Poderes	126.525.297,06	
Outras Destinações de Recursos	3.346.181,51	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		2.816.937,17
Transferências Concedidas p/ Execução Orçamentária	2.808.966,05	
Transferências Concedidas Indep. Execução Orçamentária	7.971,12	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		815.613.269,03
Consignações	8.104.411,18	
Depósitos de Diversas Origens	787.714.283,90	
Restos a Pagar de Exercício Anterior - Baixa	18.355.516,26	
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	1.439.057,69	
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		387.329.136,69
Caixa e Equivalente de Caixa	109.168.300,13	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	278.160.836,56	
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		1.357.031.239,39

Fonte: SIAFEM 2020

A Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças elaborou Notas Explicativas (NE) para o Balanço Financeiro da UG 040102. Nesse sentido, convém destacar alguns fatores informados em NE.

A Nota Explicativa 01 trata sobre os Depósitos de Diversas Origens. Esses depósitos estão presentes tanto na parte relativa aos Ingressos, quanto nos Dispêndios. Em relação aos Ingressos, é parte integrante dos "Recebimentos Extraorçamentários". Nos Dispêndios, é parte dos "Pagamentos Extraorçamentários".

A Nota informa que estes são "valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa". Acrescenta que "Neste sentido é importante ressaltar que o tribunal controla neste campo o impacto basicamente de Valores dos quais ele não tem a propriedade, mas sim a guarda (...)".

E continua citando, como exemplo, três naturezas desses valores: o Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará - FRC, vinculado ao TJPA; Depósito Caução; e Depósito Judicial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A Nota Explicativa 02 esclarece que, o saldo final das Contas objetos da Nota Explicativa 01, está representado nos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, integrante do Saldo para o Exercício Seguinte, na coluna Dispêndios do Balanço Financeiro.

Aplicando a informação disponível na NE 02, tem-se que: o saldo do Exercício Anterior dos Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados - R\$ 353.672.939,77, mais Depósitos de Diversas Origens, pertencente a Recebimentos Extraorçamentários, do Exercício Atual - R\$ 712.202.180,69, menos Depósitos de Diversas Origens, pertencente a Pagamentos Extraorçamentários, do Exercício Atual - R\$ 787.714.283,90, resulta nos Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados do Exercício Atual - R\$ 278.160.836,56.

O valor do Saldo para o Exercício Seguinte do Balanço Financeiro está consistente com o valor do Ativo Financeiro da Demonstração da Disponibilidade de Caixa, de R\$ 387.329.136,69.

Ademais, a Demonstração da Disponibilidade de Caixa apresenta o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, resultando, ao final, na Disponibilidade por Destinação de Recurso Não Utilizado de R\$ 91.644.228,17.

O valor da Disponibilidade por Destinação de Recurso da Demonstração da Disponibilidade de Caixa está consistente com o valor evidenciado no Quadro do Superávit / Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial da UG 040102, a ser apresentado mais a frente neste Relatório.

Quadro XXVI - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040102

ATIVO FINANCEIRO		387.329.136,69
Disponibilidade financeira		
Bancos		
Conta Movimento	75.365,01	
Aplicações Financeiras	109.092.935,12	
Outras Disponibilidades Financeiras		
Créditos em Circulação	278.160.836,56	
PASSIVO FINANCEIRO		387.329.136,69
Obrigações Financeiras		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Depósitos	278.519.119,49	
Restos a Pagar		
Do Exercício		
Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	16.871.938,86	
De Exercícios Anteriores		
RP Processados a Pagar	293.850,17	
DISPONIBIL. P/ DESTINAÇÃO DE RECUR. NÃO UTILIZADO	91.644.228,17	

Fonte: SIAFEM 2020

3.3. Da Demonstração dos Fluxos de Caixa

3.3.1. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª ed., p. 452). No quadro abaixo expõe-se a DFC da UG 040101.

Quadro XXVII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS		1.443.848.000,15
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.111.283.423,28	
OUTROS RECEITAS/INGRESSOS OPERACIONAIS	332.564.576,87	
DESEMBOLSOS		1.431.729.220,77
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	899.401.485,28	
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	182.502.123,87	
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	349.825.611,62	
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		12.118.779,38
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		12.118.779,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	63.033.816,45	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	75.152.595,83	

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	
INTRAGOVERNAMENTAIS	1.111.283.423,28



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		1.111.283.423,28
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	182.502.123,87	
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		182.502.123,87

QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
02 – JUDICIÁRIA	899.401.485,28	
TOTAL DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS		899.401.485,28

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00

Fonte: SIAFEM 2020

Em relação aos Ingressos, o valor de Outros Receitas/Ingressos Operacionais, de R\$ 332.564.576,87, está detalhado, na DFC apresentada pela SEPLAN, em: Consignações, R\$ 332.544.890,56; e Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados, R\$ 19.686,31.

Bem como nos Desembolsos, o valor de Outros Desembolsos Operacionais, de R\$ 349.825.611,62, está detalhado em: Consignações, R\$ 337.387.356,23; Restos a Pagar de Exerc. Anterior – Baixa, R\$ 12.418.569,08; e Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados, R\$ 19.686,31.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 75.152.595,83, apresentado na DFC da UG 040101 está consistente com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentado no Balanço Financeiro da UG 040101.

3.3.2. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102

O Quadro abaixo apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa da UG 040102.

Quadro XXVIII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS		1.677.078.647,74
Transferências Recebidas	166.027.736,63	
Outros Receitas/Ingressos Operacionais	1.511.050.911,11	
DESEMBOLSOS		1.658.569.670,27
Pessoal e Demais Despesas	127.937.283,38	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Transferências Concedidas	2.816.937,17	
Outros Desembolsos Operacionais	1.527.815.449,72	
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		18.508.977,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
DESEMBOLSOS		6.462.674,26
Aquisição de Ativo Não Circulante	6.459.461,41	
Outros Desembolsos de Investimento	3.212,85	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-6.462.674,26
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		12.046.303,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	97.121.996,92	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	109.168.300,13	

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	166.027.736,63	
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		166.027.736,63
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	2.816.937,17	
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		2.816.937,17
QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
02 - JUDICIÁRIA	127.937.283,38	
TOTAL DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS		127.937.283,38

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00

Fonte: SIAFEM 2020

Em relação aos Ingressos, o valor de Outros Receitas/Ingressos Operacionais, de R\$ 1.511.050.911,11, está detalhado, na DFC apresentada pela SEPLAN, em: Consignações, R\$ 8.087.469,35; Depósitos de Diversas Origens, R\$ 712.202.180,69; Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados, R\$ 787.714.283,90; Valores em Trânsito Realizáveis a C. Prazo, R\$ 2.878.115,38; e Ganhos com a Desincorporação de Passivos, R\$ 168.861,79.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Bem como nos Desembolsos, o valor de Outros Desembolsos Operacionais, de R\$ 1.527.815.449,72, está em: Consignações, R\$ 8.104.411,18; Depósitos de Diversas Origens 787.714.283,90; Restos a Pagar de Exerc. Anterior – Baixa, R\$ 18.355.516,26; Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados, R\$ 712.202.180,69; e Valores em Trânsito Realizáveis a C. Prazo, R\$ 1.439.057,69.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 109.168.300,13, apresentado na DFC da UG 040102 está consistente com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentado no Balanço Financeiro da UG 040102.

Em análise, a equipe da SCI observou que na Demonstração dos Fluxos de Caixa da UG 040102, de 2020, a conta Depósitos de Diversas Origens (nos Ingressos), com valor de R\$ 712.202.180,69, possui valor igual a conta Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados (nos Desembolsos).

Bem como, a conta Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados (nos Ingressos), com valor de R\$ 787.714.283,90, possui valor igual a conta Depósitos de Diversas Origens (nos Desembolsos).

Essas contas apresentam significativa diferença em relação ao ano anterior. A conta Depósitos de Diversas Origens tem Nota Explicativa no Balanço Financeiro da UG 040102.

Esta equipe solicitou esclarecimentos sobre os pontos elencados. Em resposta, a SEPLAN elaborou Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa da UG 040102, enumeradas de 05 a 08.

Referidas Notas esclarecem que, esses Depósitos de Diversas Origens e Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados representam valores de terceiros, detalhando a movimentação nessas contas. "O Fluxo operacional contempla situações atípicas à atividade operacional, como a guarda de valores de terceiros evidenciados NE 01 do Balanço Financeiro, que afetam o saldo de Caixa e Equivalentes e não são reconhecidas como patrimônio da entidade (...)".

3.4. Do Balanço Patrimonial

3.4.1. Balanço Patrimonial - UG 040101

O Índice de Liquidez Corrente, no exercício de 2020, foi de 13,1085. Isso significa que para cada \$ 1,00 de obrigação, o TJPA tem R\$ 13,10 disponível para a quitação. A liquidez apresentada pelo Balanço Patrimonial é favorável, pois evidencia a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

capacidade institucional de cumprir as obrigações de curto prazo, além de demonstrar uma representativa liquidez imediata, ou seja, o TJPA não necessita que créditos e valores de curto prazo sejam revertidos em dinheiro para o cumprimento de suas obrigações. No Ativo Circulante, 99,97% dos recursos já configura como disponibilidade financeira imediata, representada pela conta “CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA”, ou seja, a liquidez, em sua maioria, é imediata, sem necessidade de conversão em dinheiro.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE = ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE

ÍNDICE DE LIQUIDEZ = R\$ 75.172.282,14 / R\$ 5.734.611,09

ÍNDICE DE LIQUIDEZ = R\$ 13,1085

Em 2020, o índice de liquidez apresentou uma representativa majoração, se comparado a 2019, no qual o índice foi de 3,18.

O índice de liquidez compara o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

Cotejados os exercícios 2019 e 2020, o total do Ativo Circulante aumentou 19,22%, de R\$ 63.053.502,76 para R\$ 75.172.282,14, sendo a conta “Fundo de Investimentos” a responsável por esta majoração de valor. Em 2019, esta conta registrava R\$ 61.189.862,09 e em 2020 este valor passou para R\$ 75.152.595,75.

Ainda contrapondo os exercícios 2019 e 2020, o total do Passivo Circulante diminuiu 71,07%, de R\$ 19.822.725,75 para R\$ 5.734.611,09.

O aumento do Ativo Circulante e a acentuada diminuição do Passivo Circulante ocasionou um aumento no índice de liquidez 2020 de 75,74%, traduzindo a maior capacidade de quitar obrigações a curto prazo.

Quadro XXIX - Balanço Patrimonial.

ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			75.172.282,14
Caixa e Equivalente de Caixa		75.152.595,83	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		19.686,31	
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			5.734.611,09
Obrigações Trabalhistas a Pagar a Curto Prazo		2.609.865,12	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		614.422,56	
Demais Obrigações a Curto prazo		2.510.323,41	
PATRIMONIO LIQUIDO			69.437.671,05
Resultados Acumulados		69.437.671,05	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			75.172.282,14



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Fonte SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2020

Em análise ao Balanço Patrimonial, a situação do Ativo Circulante é favorável, visto a liquidez imediata da conta “Caixa e Equivalente de Caixa”. Abaixo o detalhamento desta conta.

Quadro XXX - Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e Equivalente de Caixa		75.152.595,83
Banco do Estado do Pará S/A	0,08	
Fundos de Investimentos	75.152.595,75	

Fonte SIAFEM BALANCETE 2020

O Passivo Circulante representa as obrigações da entidade a curto e longo prazo com terceiros. Em análise ao Passivo Circulante da UG 040101 – Tesouro, verifica-se que a maioria das obrigações de curto prazo são compromissos com a quitação da Folha de Pagamento de servidores, pensão alimentícia, encargos sociais, imposto de renda e assistência à saúde. Abaixo o detalhamento das contas de maior representatividade quanto ao valor do Passivo Circulante.

Quadro XXXI - Obrigações Trabalhistas a Pagar a Curto Prazo.

Obrigações Trabalhistas a Pagar a Curto Prazo		2.609.865,12
Salários, Remunerações e Benefícios	1.105.992,18	
Contrib. ao RPPS s/ Salários e Remunerações	1.503.872,94	

Fonte SIAFEM BALANCETE 2020

Quadro XXXII - Demais Obrigações a Curto Prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo		2.510.323,41
RPPS Ret. sobre Venc. e Vant. FUN/FINANPREV	29.140,58	
INSS sobre Folha de Pagamento	573.258,60	
IRRF-Imposto sobre a Renda RF-Folha Servidor	104.118,96	
IRRF-Imposto sobre a Renda RF-PF e PJ	8.994,70	
Pensão Alimentícia	418,23	
Assistência à Saúde – Administ. Própria – PAS	4.920,25	
Encargos Sociais – Outras Entidades	40,85	
Outros Consignatários	1.769.744,93	
Depósitos e Cauções	19.686,31	

Fonte SIAFEM BALANCETE 2020

O Balanço Patrimonial da UG 040101 registra Superávit de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 43.230.777,01. A este valor foi somado o Superávit Patrimonial apurado no exercício 2020 (já detalhado acima na análise do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Demonstrativo Variação Patrimonial) que culmina no Resultado Acumulado 2020 e Superávit Acumulado 2020. Abaixo o detalhamento da conta Patrimônio Líquido.

Quadro XXXIII - Resultados Acumulados.

Resultados Acumulados		69.437.671,05
Superávit Patrimonial do período	26.206.894,04	
Superávit dos Exercícios Anteriores	43.230.777,01	

Fonte SIAFEM BALANCETE 2020

O Ativo Financeiro totalizou disponibilidade financeira no montante de R\$ 75.172.282,14. O Ativo Financeiro é constituído das contas do Ativo Circulante do Balanço Patrimonial. As contas estão assim discriminadas: R\$ 0,08 na conta “Banco Conta Movimento” (Conta Banpará), R\$ 75.152.595,75 na conta “Aplicações Financeiras – Fundo de Investimentos” e R\$ 19.686,31 na conta “Créditos em Circulação – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”, conforme discriminado nos demonstrativos Balanço Patrimonial e Disponibilidade de Caixa.

O Ativo Permanente é constituído das contas do Ativo Permanente do Balanço Patrimonial. Conforme a Lei Complementar nº 21/1994 que confere ao FRJ a manutenção da estrutura organizacional, os registros e valores de Bens Móveis e Imóveis estão todos na UG 040102 – FRJ. Assim, permanece igual a zero o Ativo Permanente da UG 040101.

Os Passivos Financeiro e Permanente totalizaram obrigações financeiras no montante de R\$ 5.734.611,09. O Passivo é constituído das contas do Passivo Circulante do Balanço Patrimonial, como já detalhado acima, as contas estão assim discriminadas: R\$ 2.609.865,12 na conta “Obrigações Trabalhista a Pagar a Curto Prazo”, R\$ 614.422,56 na conta “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo” e R\$ 2.510.323,41 na conta “Demais Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo”.

Quadro XXXIV - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ATIVO		75.172.282,14
Ativo Financeiro	75.172.282,14	
Ativo Permanente	0,00	
PASSIVO		5.734.611,09
Passivo Financeiro	5.562.601,08	
Passivo Permanente	172.010,01	
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		69.437.671,05

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2020



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A conta “Atos Potenciais Ativos” representa o saldo das garantias e contra garantias recebidas pelo TJPA. Na UG 040101, em consulta aos balancetes do SIAFEM, as referidas garantias estão registradas na conta “Cauções a Executar” no montante de R\$ 19.686,31. No Balanço Patrimonial, a rubrica “Cauções a Executar” integra o Ativo Circulante na conta “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”, conforme detalhado anteriormente em quadro.

Quadro XXXV - Quadro das Contas de Compensação - UG 040101.

ATOS POTENCIAIS ATIVOS		19.686,31
GARANTIAS E CONTRA-GARANTIAS RECEBIDAS	19.686,31	
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		9.390.082,29
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	9.390.082,29	

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2020

A conta “Obrigações Contratuais” apresentou o montante de R\$ 9.390.082,29, detalhados conforme quadro abaixo.

Quadro XXXVI - Quadro de Obrigações Contratuais.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		9.390.082,29
Contratos de Serviços a Executar		7.438.125,30
Contratos de Fornecimento de Bens a Executar		1.951.956,99

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2020

O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro descreve os Recursos Disponíveis para o exercício em suas respectivas fontes de recursos. Abaixo quadro detalhado por fonte.

Quadro XXXVII - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

01 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO ESTADUAL		
01	Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	62.623.878,61
16	Recursos Destinados a Fundos da Administ Direta	6.302.094,70
50	Outras Destinações de Recursos	683.707,75
Total das Fontes de Recursos		69.609.681,06

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2020



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro XXXVIII - Detalhamento dos Recursos Disponíveis para o Exercício.

01 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOUREO ESTADUAL			62.623.878,61
101000000	Recursos Ordinários	60.591.697,34	
101007707	Convênio 001/2018 TJPA/PM	118.554,28	
301000000	Recursos Ordinários (Superávit)	1.913.626,99	
50 – OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS			6.302.094,70
112000000	Receita Patrimonial – Outros Poderes	661.168,84	
112003832	Fundo de Registro Civil – Ressarcimento	9.306,08	
112003833	Fundo de Registro Civil – Inform	13.232,83	
16 – RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM. DIRETA			683.707,75
128000000	Fundo de Apoio ao Registro Civil	1.034.686,53	
128003832	Fundo de Registro Civil – Ressarcimento	48.579,64	
128003833	Fundo de Registro Civil – Inform.	46.506,27	
328003832	Fundo de Apoio ao Registro Civil	297.402,42	
328003832	Fundo de Registro Civil – Ressarcimento (Superávit)	1.421.756,31	
328003833	Fundo de Registro Civil – Infor (Superávit)	3.453.163,53	
Total das Fontes de Recursos			69.609.681,06

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2020

3.4.2. Do Balanço Patrimonial – UG 040102

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

No exercício em análise, a situação patrimonial da UG foi superavitária, apresentando uma situação patrimonial equilibrada, de acordo com o índice de liquidez, como segue:

O índice de liquidez corrente, no exercício de 2020, foi de 1,32, ou seja, para cada 1,00 de obrigações exigíveis a curto prazo (Passivo Circulante), houve 1,32 de bens e direitos realizáveis a curto prazo (Ativo Circulante).

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE = ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE

ÍNDICE DE LIQUIDEZ = R\$ 392.117.806,29 / R\$ 295.685.020,52

ÍNDICE DE LIQUIDEZ = R\$ 1,3261

Em 2020, o índice de liquidez apresentou aumento, se comparado a 2019, no qual o índice foi de 1,23.

O índice de liquidez compara o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

Cotejados os exercícios 2019 e 2020, o total do Ativo Circulante diminuiu 14%, de R\$ 456.919.238,86 para R\$ 392.117.806,29, sendo as contas mais representativas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

quanto ao valor, “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” e “Caixa e Equivalentes de Caixa”, detalhadas mais à frente.

Ainda contrapondo os exercícios 2019 e 2020, o total do Passivo Circulante diminuiu 20,66%, de R\$ 372.697.530,96 para R\$ 295.685.020,52, sendo a conta “Demais Obrigações a Curto Prazo” responsável pela diminuição desse valor, detalhada a seguir.

A diminuição do Ativo Circulante foi acompanhada da diminuição do Passivo Circulante, sendo esta última, maior que a primeira, ocasionando o aumento no índice de liquidez, traduzindo uma maior capacidade de quitar obrigações a curto prazo.

Quadro XXXIX - Balanço Patrimonial - UG 040102.

ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		392.117.806,29
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	109.168.300,13	
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	280.625.269,26	
ESTOQUES	2.324.236,90	
ATIVO NAO CIRCULANTE		394.720.177,03
IMOBILIZADO	393.878.302,03	
INTANGÍVEL	841.875,00	
TOTAL DO ATIVO		786.837.983,32

PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		295.685.020,52
OBRIG TRABA. PREVID E ASSIST A PAGAR A C. PRAZO	62.694,13	
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A C. PRAZO	17.103.206,90	
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	278.519.119,49	
TOTAL DO PASSIVO		295.685.020,52
PATRIMONIO LIQUIDO		
RESULTADOS ACUMULADOS	491.152.962,80	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		491.152.962,80
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		786.837.983,32

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2020

Em análise ao Balanço Patrimonial, a situação do Ativo Circulante é favorável, visto a liquidez imediata da conta “Caixa e Equivalente de Caixa”. Abaixo o detalhamento desta conta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro XL - Caixa e Equivalente de Caixa.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		109.168.300,13
Banco do Estado do Pará S/A	48.409,42	
Banco do Brasil S/A	1.000,06	
Caixa Econômica Federal S/A	25.955,53	
Fundos de Investimento	109.092.935,12	

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2020

Ainda no Ativo Circulante, o grupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” apresenta a maior representatividade quanto ao valor. Este grupo corresponde a 71% do Ativo Circulante.

A conta “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” está detalhada, conforme quadro abaixo.

Quadro XLI - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		280.625.269,26
Diárias – Viagens Adiantamento	1.299.019,93	
Suprimento de Fundos	300,00	
Suprimentos Individuais não comprovados	1.164.784,95	
Créditos a Receber decorrente falta de Licitação	327,82	
Depósito e Caução relativos a Contratos e Convenções	420.523,13	
Depósitos Judiciais	277.740.313,43	

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2020

Segundo a Nota Explicativa do Balanço Patrimonial nº 03 – Estoques, o saldo em estoque foi contabilizado de acordo com a Declaração de Regularidade Inventário de 31/12/2020, consoante PA-MEM-2020/3692, expediente encaminhado ao Departamento Financeiro.

Conforme Nota Explicativa nº 04 do Balanço Patrimonial – ATIVO IMOBILIZADO, considerando o conteúdo da Portaria nº 1155/2018-GP, a qual define normas gerais sobre a Depreciação e Reavaliação dos Bens Móveis sob responsabilidade deste TJPA, foi realizada a depreciação e reavaliação dos Bens Móveis e Imóveis conforme relatório de Movimentação de Bens 2020, encaminhado por meio dos expedientes PA-MEM-2020/30767 e PA-MEM-2021/00059. Além disso, foi informado que os laudos de avaliação dos Bens Imóveis em 2020 estão anexados no PA-MEM-2017/20612.

Abaixo, quadro detalhando a composição das Contas de bens móveis e Imóveis:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro XLII - Ativo Não Circulante.

ATIVO NAO CIRCULANTE		394.720.177,03
IMOBILIZADO		393.878.302,03
BENS MOVEIS	49.224.170,73	
BENS IMOVEIS	403.275.883,26	
(-) Depreciação, Exaustão, Amortização Acumulada	-58.621.751,96	
INTANGÍVEL		841.875,00

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2020

Quadro XLIII - Imobilizado.

IMOBILIZADO		
IMOBILIZADO		393.878.302,03
BENS MOVEIS	49.224.170,73	
Aparelhos de Medição e Orientação	49.580,52	
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	409.403,58	
Aparel e Equip Médico, Odontológ, Laborator e Hospitalar	102.807,89	
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	105.078,27	
Máquinas e Equipamentos industriais	1.452,00	
Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.401.321,29	
Máquinas e Equipamentos Gráficos	7.395,59	
Máquina, Ferramentas e Utensílios de Oficina	5.902,10	
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	2.208,61	
Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agropec e Rodov	5.163,76	
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	16.724,17	
Outras Máquinas, Aparelhos, Equipam e Ferramentas	3.767.081,64	
Equipamentos de Processamento de Dados	20.033.072,79	
Aparelhos e Utensílios Domésticos	683.544,25	
Máquinas e Utensílios de Escritório	120.338,39	
Mobiliário em Geral	11.059.543,54	
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.039,09	
Instrumentos Musicais e Artísticos	2.591,05	
Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	2.236.185,35	
Obras de Arte e peças para Exposição	16.132,01	
Veículos em Geral	354.660,64	
Veículos de Tração	6.037.355,12	
Embarcações	745.634,26	
Estoque Interno	2.019.873,36	
Armamento	24.090,38	
Outros Bens Móveis	15.991,08	
(-) DEPREC, EXAUSTÃO, AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	- 58.621.751,96	
(-) Deprec Acum Máquinas, Aparelhos, Equipam e Ferram	-4.341.475,56	
(-) Depreciação Acumulada de bens de Informática	-22.881.406,94	
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Utensílios	-4.428.206,38	
(-) Deprec Acum Materiais Cultura, Educação e Comunic	-696.614,41	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

(-) Depreciação Acumulada Veículos	-10.461.333,70	
(-) Depreciação Acum Peças e Conjuntos de Reposição	-1.887,84	
(-) Depreciação acumulada de Armamentos	-8.345,40	
(-) Depreciação Acumulada de Demais Bens Móveis	-1.686,50	
(-) Depreciação Acumulada de Bens de Uso Especial	-15.800.795,23	
BENS IMOVEIS	403.275.883,26	
Edifícios	179.463.160,36	
Terrenos/Glebas	212.071.518,66	
Obras em Andamento	11.741.204,24	

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2020

O Passivo Circulante representa as obrigações da entidade a curto e longo prazo com terceiros. Em análise ao Passivo Circulante da UG 040102 – FRJ, verifica-se que este é composto de obrigações somente de Curto Prazo. Abaixo o detalhamento das contas de maior representatividade quanto ao valor do Passivo Circulante.

Quadro XLIV - Demais Obrigações a Curto Prazo.

DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO		278.519.119,49
RPSS – Ret. S/ venc.e Vant. FUNPREV/FINANPREV	6.552,15	
INSS sobre a Folha de Pagamento	19.801,11	
INSS sobre a Prestação de Serviço – PF e PJ	128.514,57	
IRRF Imposto sobre Renda - Folha de Servidor	9.083,06	
IRRF Imposto sobre Renda – PF e PJ	52.287,87	
ICMS	6.989,38	
ISS	133.920,17	
Depósitos Recebidos por Determinação Judicial	277.740.313,43	
Depósitos e Cauções	420.523,13	
Depósitos de Terceiros	1.134,62	

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2020

O Balanço Patrimonial da UG 040102 registra Superávit de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 481.768.726,66. A este valor foi somado o Superávit Patrimonial apurado no exercício 2020 (já detalhado acima na análise do Demonstrativo Variação Patrimonial) que culmina no Resultado Acumulado 2020 e Superávit Acumulado 2020. Abaixo o detalhamento da conta Patrimônio Líquido.

Quadro XLV - Patrimônio Líquido.

PATRIMONIO LIQUIDO		491.152.962,80
RESULTADOS ACUMULADOS	491.152.962,80	
Superávit/Déficit Acumulado	481.768.726,66	
Apuração de Resultado Provisório do Exercício	9.384.236,14	

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2020



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

O Ativo Financeiro totalizou disponibilidade financeira no montante de R\$ 387.329.136,69, constituído das seguintes contas: R\$75.364,95 na conta “Banco Conta Movimento” (R\$ 48.409,42 Banpará, R\$ 1.000,00 Banco do Brasil e R\$ 25.955,53 Caixa Econômica Federal), R\$ 109.092.935,12 na conta “Aplicações Financeiras – Fundo de Investimentos”; R\$ 420.523,13 na conta “Depósito e Caução relativos a Contratos e Convenções” e R\$ 277.740.313,43 em “Depósitos Judiciais, conforme discriminado nos demonstrativos Balanço Patrimonial e Disponibilidade de Caixa.

O Ativo Permanente totalizou o montante de R\$ 399.508.846,63, demonstrado na diferença entre o “total do Passivo e Patrimônio Líquido” (Balanço Patrimonial) e Ativo Financeiro.

O Passivo Financeiro totalizou obrigações financeiras no montante de R\$ 295.684.908,52. O Passivo Financeiro é a diferença entre o Passivo Circulante do Balanço Patrimonial e Passivo Permanente do Quadro em análise. Em virtude disto, o Passivo Financeiro, em 2020, como já detalhado acima, constitui-se das seguintes contas: R\$ 62.694,13 na conta “Obrigações Trabalhista, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”, R\$ 17.103.206,90 na conta “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo” e R\$ 278.519.119,49 na conta “Demais Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo” (exceto o valor de R\$ 112,00 referente a conta “Contas não parceladas a pagar”).

Quadro XLVI - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes UG 040102.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ATIVO		786.837.983,32
Ativo Financeiro	387.329.136,69	
Ativo Permanente	399.508.846,63	
PASSIVO		295.685.020,52
Passivo Financeiro	295.684.908,52	
Passivo Permanente	112,00	
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		491.152.962,80

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2020

A conta “Atos Potenciais Ativos” representa o saldo das garantias e contra garantias recebidas pela UG 040102 no exercício de 2020, no montante de R\$ 434.408,74. As “Garantias e Contra Garantias Recebidas” são registradas na conta “CAUÇÃO A EXECUTAR” no valor de R\$ 434.408,74.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro XLVII - Quadro das Contas de Compensação - UG 040102.

ATOS POTENCIAIS ATIVOS		434.408,74
GARANTIAS E CONTRA-GARANTIAS RECEBIDAS	434.408,74	
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		169.398.386,20
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	169.398.386,20	

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2020

A conta "Obrigações Contratuais" apresentou o montante de R\$ 169.398.386,20, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Quadro XLVIII - Obrigações Contratuais.

Contratos de Serviços	156.739.633,62
Contratos de Aluguéis	4.815.274,52
Contratos de Fornecedores de Bens	7.843.478,06
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	169.398.386,20

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2020

O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro descreve os Recursos Disponíveis para o exercício em suas respectivas fontes de recursos. Abaixo quadro detalhado por fonte.

Quadro XLIX - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

01 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOIRO ESTADUAL			
01	Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	44.435.593,30	
15	Recursos Prov de Transferências – Convênios e Out	681.148,93	
16	Recursos Destinados a Fundos da Administ Direta	171.672,52	
18	Recursos Destinados a Fundos dos Poderes	23.829.209,97	
50	Outras Destinações de Recursos	22.526.603,45	
Total das Fontes de Recursos			91.644.228,17

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2020

Quadro L - Detalhamento dos Recursos Disponíveis para o Exercício.

01 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOIRO ESTADUAL			44.435.593,30
101000000	Recursos Ordinários	2.396.071,29	
301000000	Recursos Ordinários (Superávit)	42.039.522,01	
15 - RECURSOS PROVENIENTES DE TRANSFERENCIAS - CONVENIOS E OUT			681.148,93
306000000	Rec. Prov. de Transferências - Conv.	24.563,93	
306008078	Convênio nº 029/2019 TJPA x Prefeitura de Canaã dos Carajás	420.196,64	
306008079	Convênio nº 030/2019 TJPA x Prefeitura de Curionópolis	233.339,07	
306008125	Convênio nº 886462/2019 TJPA x Depen	3.049,29	
50 – OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS			22.526.603,45
112000000	Receita Patrimonial – Outros Poderes	1.785.811,25	
312000000	Receita Patrimonial – Outros Poderes (Superávit)	20.740.792,20	
18 – RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DOS PODERES			23.829.209,97



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

1180000000	Rec. Prop. do Fundo de Reaparelhamento	15.216.469,17	
1180007707	Convênio 001/2018 TJPA/PM	17.867,68	
3180000000	Rec. Prop. do Fundo de Reaparelhamento (Superávit)	8.531.686,24	
318008125	Convênio nº 886482/2019 TJPA x Depen (Superávit)	63.186,88	
16 – RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM DIRETA			171.672,52
323000000	Recursos Provenientes de Alienação (Superávit)	171.672,52	
Total das Fontes de Recursos			91.644.228,17

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2020

3.5. Das Variações Patrimoniais

3.5.1. Das Variações Patrimoniais – UG 040101

Quadro LI - Quadro das Variações Patrimoniais

VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			1.111.283.423,28
Transferências e Delegações Recebidas			
Transferências Intragovernamentais		1.111.283.423,28	
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			1.085.076.529,24
Pessoal e Encargos		1.049.468.222,82	
Remuneração a Pessoal	803.798.092,37		
Encargos Patronais	169.472.318,00		
Benefícios a Pessoal – RGPS	71.248.152,08		
Outras VPD - Pessoal e Encargos	4.949.660,37		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.816.900,97	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais IS	1.816.900,97		
VPD FINANCEIRAS		500,00	
Juros e Encargos de Mora	500,00		
Transferências e Delegações Concedidas		28.254.012,52	
Transferências Intragovernamentais	28.254.012,52		
Tributárias		387.992,51	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	387.992,51		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		5.148.900,42	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.148.900,42		
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO			26.206.894,04

Fonte: SIAFEM BALANSINT VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2020

As Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA representam o total de recursos recebidos pela UG 040101 no exercício de 2020. Este montante se desmembra nas contas “Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária” e “Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária.”

A conta “Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária” se subdivide em Repasses Recebidos e Recursos Arrecadados Recebidos. Repasses



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Recebidos são compostos por Recursos Ordinários e Recursos do Convênio nº 001/2018 TJPA/PM, nos respectivos montantes R\$ 1.102.819.396,49 e R\$ 85.846,18. Já Recursos Arrecadados Recebidos representam rendimentos dos Recursos de Receita Patrimonial e dos Recursos do Fundo de Apoio ao Registro Civil, nos respectivos montantes 2.475.793,44 e R\$ 5.894.416,05.

A Nota Explicativa 01 – Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária do Demonstrativo Variação Patrimonial UG 040101, trata dos recursos do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará - FRC que em 2019 passaram a figurar das demonstrações do TJPA, através do recebimento recursos. Em NE, a SEPLAN informa que o FRC foi criado com a finalidade de prover a gratuidade prevista na Lei Federal nº 9.534/1997, bem como atender às determinações do Art. 8º da Lei Federal nº 10.169/2000. Então em 2006, a Lei Estadual nº 6.831/2006 constitui o FRC e a Lei Estadual nº 8.921/2019 promoveu alterações, instituindo todas as políticas de gestão, funcionamento e controle. A partir deste advento, o FRC passou a ser vinculado e ter seus recursos administrados pelo TJPA, com a titularidade da SEPLAN como ordenadora de despesas do Fundo.

Quadro LII - Quadro de Transferências Intragovernamentais.

TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS			1.111.283,423,28
TRANSF. RECEBIDAS P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			1.111.275.452,16
Repasse Recebido	1.102.905.242,67		
Recursos Ordinários	1.102.819.396,49		
Convênio nº 001/2018 TJPA/PM	85.846,18		
Recursos Arrecadados Recebidos	8.370.209,49		
Receita Patrimonial	2.475.793,44		
Fundo de Apoio ao Registro Civil	5.894.416,05		
TRANSF. RECEB. INDEP. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			7.971,12
Ordem de Transferências Recebidas	7.971,12		
Fundo de Apoio ao Registro Civil	5.994,26		
Receita Patrimonial	1.976,86		

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2020

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, as contas “Pessoal e Encargos” e “Transferências e Delegações Concedidas” apresentaram a maior representatividade quanto ao valor. A conta “Pessoal e Encargos”, com 96% das VPD,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

equivale ao custo com Pessoal. Abaixo o detalhamento de algumas rubricas desta conta.

Quadro LIII - Encargos Patronais.

Pessoal e Encargos	R\$
Encargos Patronais	169.472.318,00
Encargos Patronais – RPPS	151.216.805,86
Encargos de Pessoal Requis. De outros entes	19.418,14
Contribuição Previd. S - INSS	18.236.094,00

Fonte: SIAFEM BALANSINTV VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2020

Quadro LIV - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.

Pessoal e Encargos	
Outras VPD - Pessoal e Encargos	4.949.660,37
Indenizações e Restituições Trabalhistas	1.816.739,89
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	3.132.920,48

Fonte: SIAFEM BALANSINTV VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2020

A conta “Transferências e Delegações Concedidas”, se cotejados os exercícios de 2019 e 2020, apresentou uma representativa variação de valor. A referida conta, em 2019, possuía o saldo de R\$ 113.762.945,38 e, em 2020, apresentou saldo de R\$ 28.254.012,52. A variação ocorreu em virtude da transferência de recursos financeiros de superávit da Unidade Gestora 040101 – Tesouro para a Unidade Gestora 040102 – Fundo de Reparelhamento do Judiciário. Além disso, foi transferida a importância de R\$ 5.994,26 da Unidade Gestora 040101 para 040102, referente a regularização de fonte do PASEP de outubro de 2020, conforme Nota Explicativa nº 02 das Variações Patrimoniais.

Abaixo está detalhada a composição da conta “Transferências e Delegações Concedidas” para melhor análise.

Quadro LV - Transferências e Delegações Concedidas.

Transferências e Delegações concedidas		28.254.012,52
Transferências Intragovernamentais	28.254.012,52	
Transf. Concedidas p/ Execução Orçamentária	2.964.084,27	
Transf. Concedidas Independente da Exec Orçament	25.289.928,25	

A subtração entre o total das “Variações Patrimoniais Aumentativa - VPA” e o total das “Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD” evidenciou um resultado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

patrimonial positivo na ordem de R\$ **26.206.894,04**, demonstrando um superávit patrimonial no período.

3.5.2. Das Variações Patrimoniais – UG 040102

Quadro LVI - Quadro das Variações Patrimoniais.

VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			166.261.772,96
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS		166.027.736,63	
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	166.027.736,63		
VALORIZ. E GANHOS C/ATIVOS E DESINCORP. PASSIVOS		233.736,33	
Ganhos c/ Desincorporação de Ativos	64.874,54		
Ganhos c/ Desincorporação de Passivos	168.861,79		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		300,00	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	300,0		
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			156.877.536,82
PESSOAL E ENCARGOS		14.009.272,54	
Benefícios a Pessoal – RPPS	14.009.272,54		
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS		383.127,30	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais IS	383.127,30		
USO DE BENS, SERVIC. E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		133.661.010,59	
Uso de materiais de Consumo	5.713.657,68		
Serviços	109.668.045,38		
Depreciação, Amortização e Exaustão	18.279.307,53		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		1.455,51	
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	1.455,51		
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS		2.816.937,17	
Transferências Intragovernamentais	2.816.937,17		
DESVALORIZ E PERDA DE ATIVOS E INCORPOR PASSIVOS		186.049,50	
Desincorporação de Ativos	186.049,50		
TRIBUTARIAS		487.286,03	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	109.419,10		
Contribuição	377.866,93		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		5.518.447,68	
Premiações – Ordens Honoríficas	4.500,00		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.513.947,68		
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO			9.384.236,14

Fonte: SIAFEM VARIAÇÃO PATRIMONIAL 2020



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA representam o total de recursos recebidos pela UG 040102 no exercício de 2020. Este montante se desmembra nas contas “Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária”, “Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária” e “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”.

A conta “Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária” se subdivide em Repasses Recebidos e Recursos Arrecadados Recebidos. Repasses Recebidos são compostos por Recursos Ordinários, Recursos Próprios do Fundo de Reparcelamento, e Fundo de Apoio ao Registro Civil, nos respectivos montantes R\$ 4.977.684,92, R\$ 547.589,45 e R\$ 30.282,39. Já Recursos Arrecadados Recebidos representam Receita Patrimonial, e Receita Própria de Fundo de Reparcelamento, nos respectivos montantes R\$ 2.515.692,84 e R\$ 132.662.826,30.

A conta “Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária” está composto por Ordem de Transferência Recebidas. Ordem de Transferência Recebidas são compostos por Recursos Ordinários, Recurso Próprio do Fundo de Reparcelamento, Receita Patrimonial, Fundo de Apoio ao Registro Civil, nos respectivos montantes R\$ 23.998.361,00; R\$ 407.666,34; R\$ 881.639,13 e R\$ 5.994,26.

Quadro LVII - Transferências Intragovernamentais.

TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		166.027.736,63
TRANSF. RECEBIDAS P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	140.734.075,90	
Repasso Recebido	5.555.556,76	
Recursos Arrecadados Recebidos	135.178.519,14	
TRANSF. RECEB. INDEP. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	25.293.660,73	
Ordem de Transferências Recebidas	25.293.660,73	

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2020

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, a conta “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” apresenta a maior representatividade quanto ao valor. Esta conta corresponde a 85% das VPD e equivale ao custo com bens, serviços e depreciação.

O custo dos bens totalizou R\$ 5.713.657,68, em 2020, sendo os de maior valor o custo com materiais de expediente, com combustíveis e o material para manutenção



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

de bens imóveis/instalações, nos respectivos montantes R\$ 913.231,71, R\$ 888.823,08 e R\$ 838.537,43.

O custo dos serviços totalizou R\$ 109.668.045,38, sendo os custos com locação de mão de obra (apoio, limpeza e conservação, vigilância ostensiva e manutenção e conservação de bens imóveis); manutenção e conservação (bens imóveis, veículos, equipamentos de processamentos de dados, máquinas e equipamentos, *software*); serviço médico, hospitalar, odontológico e laboratorial; locação (imóveis, *software*, máquinas e equipamentos) e serviços de energia elétrica, nos respectivos montantes R\$ 30.533.543,78, R\$ 22.783.961,43, R\$ 16.474.626,18, R\$ 7.206.006,23 e R\$ 7.451.312,69.

O custo da depreciação totalizou R\$ 18.279.307,53, subdividido em depreciação de bens móveis e bens imóveis, nos respectivos montantes R\$ 11.658.232,33 e R\$ 6.621.075,20.

Quadro LVIII - Quadro de Uso de Bens.

USO DE BENS, SERVIC. E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		133.661.010,59
Uso de materiais de Consumo	5.713.657,68	
Serviços	109.668.045,38	
Depreciação, Amortização e Exaustão	18.279.307,53	

Fonte: SIAFEM VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2020

A subtração entre o total das “Variações Patrimoniais Aumentativa - VPA” e o total das “Variações Patrimoniais Diminutiva - VPD” evidenciou um resultado patrimonial positivo na ordem de R\$ 9.384.236,14, demonstrando um Superávit Patrimonial no período.

Em 2019, o resultado final deste demonstrativo foi o Superávit Patrimonial de R\$ 113.889.164,60 e, em 2020, foi apurado um Superávit Patrimonial de R\$ 82.260.397,51.

Verificou-se que a diminuição do Superávit, em relação ao período anterior, ocorreu em virtude da queda de 42% das Transferências e Delegações Recebidas.



CONCLUSÃO

Trata-se de relatório de análise da Prestação de Contas Anual de Gestão, elaborada pela SCI, referente ao exercício de 2020.

Esta SCI elaborou este relatório em cumprimento do Art. 3º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2007, que determina que todos os administradores e demais responsáveis por recursos públicos estaduais das unidades jurisdicionadas do TCE-PA devem encaminhar a prestação de contas anual de gestão. O Art. 4º, §2º da referida Resolução determina ainda que a unidade de controle interno elabore relatório e parecer informando as situações significativas apuradas no que diz respeito a análise da Prestação de Contas.

O presente relatório tem como objetivo apresentar análise acerca dos resultados relativos aos atos de gestão, levando-se em consideração os princípios da transparência, da eficiência, economicidade, eficácia e legalidade, bem como expressar o resultado das análises realizadas pela equipe da SCI, que tomou por base os trabalhos de fiscalização (auditoria/monitoramento) realizados sobre os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e contábil do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Os trabalhos foram orientados para a fiscalização orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, bem como, para a avaliação da gestão divididas em 4 (quatro) tópicos a saber: Pessoal; Compras e Contratações; Obras e Serviços de Engenharia; e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Em resumo, após análise dos documentos enviados pelas unidades, concluiu-se que:

Pessoal

Salienta-se que, mesmo com o aumento da Despesa com Pessoal Ativo no ano de 2020, o TJPA cumpriu os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), posto que a Despesa Total com Pessoal representou 4,05% sobre a Receita Corrente Líquida do Estado do Pará, ficando abaixo do primeiro limite estabelecido na LRF para o Poder Judiciário, qual seja, o Limite de Alerta representado por 5,40%.

Gestão de Compras e Contratações



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

O TJPA não possui indicadores de desempenho que estabeleçam parâmetros de análise deste tópico de gestão. Contudo, destaca-se que o órgão obteve a economia de R\$ 58.883.919,90 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e três mil, novecentos e dezenove reais e noventa centavos), o que representa um deságio de 27,37% em relação ao total estimado para as licitações realizadas no exercício.

Obras e Serviços de Engenharia

Para a para a operacionalização da atividade de Obras e Serviços foram previstos 2 (dois) Projetos-atividade: Ampliação da Infraestrutura do Poder Judiciário e Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário.

Para o projeto-atividade Ampliação da Infraestrutura do Poder Judiciário foi orçado a dotação de R\$ 11.026.014,00 (onze milhões, vinte de seis mil e quatorze reais), tendo sido executados R\$ 8.800.556,00 (oito milhões, oitocentos mil, quinhentos e cinquenta e seis reais). Em análise de gestão, o percentual de execução da meta financeira foi de 79,8% e a média da meta física ficou 88,9%. Verifica-se que houve convergência entre a meta financeira e a meta física.

Já o projeto-atividade Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário foi orçado com a dotação de R\$ 13.386.241,00 (treze milhões, trezentos e oitenta e seis mil, duzentos e quarenta e um reais), tendo sido executados R\$ 10.461.688,00 (dez milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e oitenta e oito reais). Em análise de gestão, o percentual de execução da meta financeira foi de 78,1% e a média da meta física ficou 80,5%. Verifica-se que houve convergência entre a meta financeira e a execução da meta.

Ressalta-se o resultado satisfatório nas atividades de Obras e Serviços de Engenharia, entretanto infere-se a necessidade de uma maior proporcionalidade entre previsão e execução.

Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação

Para o exercício de 2020, o TJPA orçou um dispêndio atualizado de R\$ 33.665.401,00 (trinta e três milhões, seiscentos e sessentos e cinco mil, quatrocentos e um reais) para atender o projeto-atividade Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do Poder Judiciário. Do montante dotado, 84% (R\$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

28.285.953,00) destes créditos foram suficientes para o atingimento de 100% da meta física.

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão de acordo com os princípios contábeis aplicáveis à Contabilidade do setor público, a estrutura das demonstrações seguem os parâmetros da Lei nº 4.320/1964 e modelos MPCASP.

Conforme o exposto, verificou-se o bom nível de gestão nas áreas avaliadas, bem como, infere-se a gestão empenhada em reduzir fragilidades e riscos administrativos e preocupada em gerir a coisa pública de forma equilibrada, eficiente e eficaz, refletidos nos instrumentos contábeis, financeiros, orçamentários e de gestão, objetos do presente relatório.

A fim de contribuir para o fortalecimento da governança e por ocasião da execução orçamentária vindoura, esta SCI recomenda:

- construção de métricas e/ou indicadores de desempenhos para as atividades da Gestão de Compras e Contratações;
- formalização dos processos de doação de bens inservíveis e de cessão de uso de espaço público, ressaltando o dever de se observar uma das modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/1993;
- o acompanhamento e monitoramento das ações Obras e Serviços de Engenharia devem ocorrer de maneira mais pontual e efetiva, a fim de se obter uma melhor relação de proporcionalidade entre previsão e execução.

Registre-se que não foram identificadas impropriedades que tenham comprometido os atos dos responsáveis pela gestão do Poder Judiciário do Estado do Pará, no exercício de 2020.

Em suma, com base na análise da documentação exigida pelo TCE-PA para fins de Prestação de Contas Anual de Gestão, esta SCI informa que não encontrou irregularidade ou ilegalidade significativa e, por esse motivo, recomenda ao órgão de controle externo que declare a REGULARIDADE das contas do TJPA em relação ao exercício de 2020.

Submetemos o presente relatório à apreciação do Secretário de Controle Interno e posterior encaminhamento à Presidência desta Corte.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Belém, 30 de março de 2021.

Betânia Souza da Silva Pinheiro
Assessora Jurídica

Stela Reis de Souza
Analista Judiciária – Contadora

Milene Laíse Silva Correa
Chefe da Divisão de Controle de Receitas

Humberto Pereira Lima Filho
Analista Judiciário – Contador

Sheila Alves de Lima Maciel
Requisitada – Arquiteta

Lourival Pereira Boulhosa Neto
Chefe da Divisão de Auditoria

Tiago Silva Guimarães
Secretário de Controle Interno